

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Paula Medaglia Grüssner

**ADMINISTRANDO AS FINANÇAS PESSOAIS
PARA CRIAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

Porto Alegre

2007

Paula Medaglia Grüssner

**ADMINISTRANDO AS FINANÇAS PESSOAIS
PARA CRIAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de Ciências
Administrativas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Administração.**

Orientador: Prof. Gilberto de Oliveira Kloeckner

Porto Alegre

2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor e Orientador Gilberto de Oliveira Kloeckner pela objetividade e clareza nas análises e pela dedicação dispensada.

À família, em especial, minha mãe, Beatriz, e minha irmã, Marcia, pelas leituras, críticas, apoio e paciência durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu namorado, Rodrigo, pelas colaborações, estímulo e companheirismo.

Ao amigo, Maurício, pelas contribuições dadas.

RESUMO

Este trabalho consiste em apresentar e analisar ferramentas e informações de administração financeira pessoal para criação de patrimônio. Em um primeiro momento, apresenta conceitos iniciais de dinheiro, educação e administração financeiras. Embasado nisso, ressalta a importância de se exercer a gestão das finanças pessoais. É indicado um processo de planejamento, sendo elaborados demonstrativos financeiros, mais especificamente o balanço patrimonial e o fluxo de caixa, e apresentados como sugestões para o levantamento e análise da realidade financeira individual. Depois de verificado como organizar e planejar os recursos e definido o equilíbrio entre os três elementos: renda, consumo e poupança, parte-se para as decisões de investimento. As variáveis no processo e as principais opções de aplicações financeiras disponíveis no mercado para pessoa física são examinadas. O estudo apresenta simulações de resultados de investimentos a médio e longo prazo com diferentes taxas de retorno e prazos de permanência. Calcula-se também o valor a ser poupado a partir do valor do patrimônio desejado. Por último, devido ao dinamismo dos aspectos envolvidos na administração financeira pessoal, a ação do controle é ressaltada a partir da apresentação de softwares disponíveis gratuitamente e acessíveis em sua operação.

Palavras-chave: dinheiro, finanças pessoais, planejamento financeiro pessoal, decisões de investimento para pessoa física, controle financeiro pessoal.

ABSTRACT

This work consists of presenting and analyzing tools and information of personal financial administration for creation of patrimony. Firstly, it is presented the concepts about money, education and financial administration. Based on this, it is emphasized the importance of performing the management of the personal finances. It is indicated a planning process through the elaboration of financial demonstratives, specifically the patrimonial balance and the cash flow, suggested to be utilized in the survey and analysis of the personal financial reality. After decide how to organize and plan the resources and define equilibrium among three elements: income, expense and saving, the investment decisions are taken. The variables of this process and main options of financial applications available in the market for natural person are assessed. The study presents simulate results of investments on medium and long terms for different rates of return and periods of permanence. It is calculated likewise the value to be saved on the basis of desired patrimony. Finally, due to the dynamics found on personal financial administration, the control action is pointed out starting from software presentations available for free and of quite simple operation.

Key words: money, personal finances, personal financial planning, investment decisions for nature person, personal financial control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 Objetivo geral	11
1.1.2 Objetivos específicos	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
3 CONCEITOS INICIAIS	15
3.1 DINHEIRO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	15
3.2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	21
3.2.1 Administração financeira pessoal	24
4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	28
4.1 O PATRIMÔNIO.....	31
4.2 AS RECEITAS, AS DESPESAS E A POUPANÇA.....	33
4.2.1 Modelo de fluxo de caixa	35
4.3 ANALISANDO OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS PESSOAIS.....	38
5 DECISÕES DE INVESTIMENTO	42
5.1 ASPECTOS RELEVANTES.....	44
5.1.1 Objetivos	44
5.1.2 Risco	46
5.1.3 Perfil	47
5.1.4 Liquidez	48
5.1.5 Retorno	49
5.1.6 Prazo	51
5.2 PRINCIPAIS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA.....	52
5.2.1 Caderneta de Poupança	53
5.2.2 Fundos de Investimento	55
5.2.3 CDB	59
5.2.4 Tesouro Direto	59
5.2.5 Ações	61

6 SIMULAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE PATRIMÔNIO.....	64
7 CONTROLE.....	77
7.1 SOFTWARES PARA CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS.....	78
7.1.1 Controle Financeiro pessoal.....	79
7.1.2 Debit Caixa.....	81
7.1.3 Hábil Pessoal.....	86
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO - CD.....	101

1 INTRODUÇÃO

Ao que tudo indica, de acordo com MACEDO JR. (2007), a maioria da população brasileira tem problemas financeiros como dívidas, dificuldades para adquirir bens e despreparo em momentos de desemprego. Crédito fácil e descontrole financeiro são alguns dos motivos que levam pessoas a se endividarem. Porém, no contexto desse estudo, não será abordado somente o problema da falta de dinheiro, mas também o fato de se ter menos do que poderia ter. Pessoas com um bom poder aquisitivo estão sujeitas a gastos excessivos e à má administração de seus recursos, fatores que prejudicam o aumento de patrimônio.

Mais que uma necessidade básica, o dinheiro determina a qualidade de vida e vincula significados como sucesso, poder, estabilidade, tranquilidade e prazer. Sendo assim, o ideal seria já possuir o conhecimento adequado de como administrá-lo e a conscientização da importância de se ter um planejamento financeiro contínuo e de longo prazo. Apesar disso, o sistema educacional não proporciona essas informações, ficando sob a responsabilidade do ambiente familiar e do interesse de cada um em adquiri-la.

No Brasil, ainda não existe de fato a prática da educação financeira. Pessoa alguma aprende como lidar com dinheiro na escola, no trabalho e muito menos em casa, onde começa todo o processo educativo. Salvo em honrosas exceções. (...) Aprender a lidar com dinheiro é uma coisa muito séria. É urgente o aprendizado, porque no Brasil já se perdeu muito tempo na ignorância. (ACCIOLY, 2007).

A educação financeira é pouco explorada no Brasil. Na maioria dos colégios, não existem matérias sobre dinheiro, orçamento familiar e pessoal, planejamento financeiro. Na faculdade, nas mais diversas áreas, novamente o tema é ignorado. Mesmo quando se trata de cursos relacionados, como Administração e Ciências Econômicas, não existem cadeiras específicas sobre o assunto, os conceitos devem ser adaptados do ambiente empresarial para o pessoal.

O fator cultural também é importante destacar, pois por questões religiosas e históricas tem-se uma imagem distorcida e negativa do dinheiro. Conforme PEREIRA (2003), frases como “dinheiro não traz felicidade”, “dinheiro é sujo”, “só pensa em dinheiro”, “os ricos são corruptos”, “mão fechada”, são exemplos disso.

Visto isso, a maioria enfrenta as dificuldades causadas por essa falha educacional, pois quando a questão é dinheiro, desconhece o assunto e acaba perdendo oportunidades de construir um futuro adequado para as suas necessidades e talvez de viver um presente financeiro mais tranqüilo.

Conforme BITENCOURT (2004), uma grande parcela da população brasileira realiza movimentações financeiras como recebimentos de salários, pagamentos de contas, utilização da conta bancária e dos cartões de débito e crédito, contratação de empréstimos, aplicações financeiras, entre outros. Mesmo assim, poucos têm condições de afirmar que são íntimos das finanças.

Os conhecimentos básicos de finanças pessoais não devem ficar restritos aos especialistas da área financeira. Qualquer pessoa, independentemente de sua atividade profissional, deve conhecer os princípios básicos necessários à administração de sua vida financeira. É extremamente importante que se saiba como poupar, escolher os investimentos que geram a melhor rentabilidade, administrar os riscos envolvidos nessas operações, além de se enquadrar no perfil de investidor que melhor se adapte aos seus objetivos de curto e longo prazos. (SEGUNDO FILHO, 2003, p. 01).

A Administração Financeira Pessoal é um tema que vem ganhando destaque no cenário do país, principalmente com a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real. Hoje é possível vislumbrar os resultados de um planejamento a longo prazo e do esforço de investir. Em países onde a economia se mantém estável há muitos anos, a cultura e a preocupação com o desempenho das finanças individuais estão enraizadas, o que acaba contribuindo para a economia e desenvolvimento do país. Cássia D’Aquino, em reportagem divulgada no site da SERASA (2007) - empresa de análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios -, afirma que, ao contrário da Europa, Estados Unidos, e boa parte da Ásia, a educação financeira nos países da América Latina foi postergada por décadas de pesadelo inflacionário, pois onde há inflação, não convive planejamento.

“O primeiro passo seria a mudança na cultura financeira, que nos foi imposta por praticamente cinco décadas de um processo inflacionário descontrolado, e hoje, que já se pode comemorar uma inflação civilizada, é perfeitamente possível e necessário se adquirir hábitos frugais e realizar uma cuidadosa gestão nas suas finanças.” (SILVA, 2004, p.07).

Na realidade brasileira, de acordo com SILVA (2004), as pessoas não foram educadas para pensar sobre o dinheiro. A maioria gasta aleatoriamente sem refletir sobre seu contexto financeiro e os impactos futuros. Poupar é importante, mas não é

o suficiente. É preciso saber investir. As sobras do orçamento são normalmente aplicadas em caderneta de poupança por desconhecimento de outras alternativas de investimentos que poderiam garantir um retorno maior. A crença de que esta é a única aplicação segura persiste. “Nem a mudança no cálculo da Taxa Referencial, que reduziu o rendimento da poupança em relação a outros investimentos de renda fixa, está atrapalhando o crescimento da aplicação” (GLOBO.COM, 2007).

O hábito de poupar é raro. Isso em parte pela convicção de que não existe dinheiro sobrando. Mas a verdade é que mesmo um valor pequeno guardado continuamente e bem investido pode revelar uma realidade financeira diferente da vivenciada anteriormente a esse hábito poupador saudável, bastando organização e planejamento.

“Talvez a razão mais importante para conhecer finanças é a de que você terá que tomar decisões financeiras que serão muito importantes em termos pessoais.” (ROSS, 2000, p. 38).

“Outro fator que justifica a importância da elaboração de um planejamento financeiro pessoal é a possibilidade da complementação, com o aporte sistemático de recursos ao longo da vida, do valor da aposentadoria que será pago pelo sistema público quando o trabalhador não estiver mais na ativa.” (SOUSA, 2004, p. 09).

De acordo com reportagem publicada no Jornal do Comércio em novembro de 2006, a preocupação com o afastamento profissional surge cada vez mais cedo:

“Quem atua no ramo garante que a tranquilidade depende de planejamento precoce. É por isso que a Previdência Privada é um mercado que cresce disparadamente no Brasil. Aposentadoria deixou de ser sinônimo de descanso para os que sobrevivem apenas com a remuneração do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O maior salário que o contribuinte pode receber é de R\$ 2.801,82.” (p. 07).

A proposta deste trabalho é apresentar a importância da administração das finanças pessoais, motivando sua prática e orientando a criação de patrimônio.

Para o desenvolvimento do tema proposto, inicialmente são apresentados alguns conceitos, como o de administração financeira pessoal. Logo após, são elaborados exemplos de demonstrativos financeiros (balanço patrimonial e fluxo de caixa) para organização e controle pessoais. Visto isso, parte-se para as opções de investimentos, variáveis envolvidas nesse processo e simulações de resultados. Por

último, é discutido o controle, pois o comportamento do indivíduo, os rendimentos dos investimentos e o fluxo de caixa devem ser continuamente monitorados e avaliados.

Este estudo fornece embasamento para que o leitor tenha condições de refletir e responder a perguntas como: Qual é o seu patrimônio atual?; Qual a média dos seus gastos?; Por quanto tempo você poderia sobreviver sem um contracheque mensal?; Onde investir seus recursos disponíveis?; Qual a rentabilidade dos seus investimentos?; Qual o seu plano de investimento para criação de patrimônio?; entre outras.

A contribuição acadêmica do estudo está na abordagem diferenciada dada ao tema. A literatura sobre o assunto finanças pessoais ainda é escassa e, muitas vezes, possui a qualificação simplista de livro de auto-ajuda, não recebendo o devido tratamento científico e didático. Verifica-se também uma grande quantidade de esclarecimentos e conceitos econômico-financeiros soltos e metodologias pouco aplicáveis no cotidiano. Visto isso, sente-se falta de uma obra que indique um processo diário e prático para motivar a administração financeira pessoal, indicando sua relevância e influência na situação financeira individual.

A população que busca entender administração financeira para aplicação pessoal, organizar suas finanças e planejar seu futuro financeiro, se beneficiará do resultado deste trabalho que foi elaborado em linguagem clara e objetiva para pessoas de qualquer área de conhecimento.

Tem-se a oportunidade com este estudo de alertar o leitor da importância de exercer a administração dos recursos pessoais e de possuir um planejamento adequado na busca da tranquilidade financeira. A finalidade é evidenciar os benefícios do hábito de poupança e da gestão financeira pessoal no dia-a-dia do cidadão. Vive-se em uma sociedade onde os excessos financeiros são recorrentes e os resultados disso são endividamentos sucessivos ou reduções de patrimônio. Noções de administração e educação financeiras são úteis e necessárias para reverter essa realidade.

Visto isso, o presente trabalho busca respostas para a pergunta: Como administrar as finanças pessoais para criação de patrimônio?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

- Apresentar e analisar ferramentas e informações de administração financeira pessoal para criação de patrimônio.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Conceituar dinheiro, educação financeira e administração financeira, fornecendo justificativas de se exercer a gestão das finanças pessoais;
- b) Indicar um processo de planejamento financeiro pessoal e elaborar exemplos de demonstrativos financeiros pessoais;
- c) Conhecer as variáveis nas decisões de investimentos e as principais opções do mercado financeiro para pessoa física;
- d) Apresentar simulações de resultados de investimentos a médio e longo prazo;
- e) Apresentar softwares de controle financeiro.

Cada objetivo específico está representado por um capítulo do desenvolvimento deste trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (GIL, 2007, p.26).

Conforme SANTOS (2000), os procedimentos são as atividades concretas que devem ser realizadas para se obter as informações necessárias para o desenvolvimento de cada objetivo específico. “Cada procedimento (ou grupo de procedimentos) é planejado em função de cada um dos objetivos específicos estruturados.” (p.66).

Visto isso, o quadro abaixo descreve como o trabalho foi realizado. Os métodos adotados no desenvolvimento do estudo do tema são detalhados e organizados por objetivo específico que representam, cada um deles, respectivamente, os conteúdos dos próximos capítulos. A pesquisa é de natureza aplicada e abordagem qualitativa, sendo o estudo classificado como exploratório.

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
<p>1. Conceituar dinheiro, educação financeira e administração financeira, fornecendo justificativas de se exercer a gestão das finanças pessoais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É elaborada uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos ao lado, verificando aqueles que mais se adequam e agregam ao enfoque do tema. - São pesquisados dados estatísticos sobre problemas financeiros da população brasileira. Aspectos culturais e históricos também são abordados para evidenciar a necessidade de uma gestão de finanças pessoais. - São respondidas as questões: por que fazer, para que serve e quais os benefícios da prática da gestão das finanças pessoais, com base em levantamento bibliográfico.
<p>2. Indicar um processo de</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Neste momento, são respondidas as dúvidas de

<p>planejamento financeiro pessoal e elaborar exemplos de demonstrativos financeiros pessoais;</p>	<p>por onde começar e como fazer.</p> <ul style="list-style-type: none"> - É apresentado e comentado um fluxograma com as etapas do planejamento financeiro pessoal. - Com base na análise de conteúdo de modelos de Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa utilizados por empresas, são construídos, em planilha do programa Microsoft Office Excel 2003, exemplos desses demonstrativos para aplicação pessoal.
<p>3. Conhecer as variáveis nas decisões de investimentos e as principais opções do mercado financeiro para pessoa física;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É elaborada uma pesquisa em bibliografia específica (livros e conteúdo da internet) sobre decisões de investimentos para pessoa física. São abordados conceitos como risco, retorno, liquidez, diversificação, perfil do investidor, objetivos e prazo. - As principais opções do mercado financeiro para pessoa física são apresentadas, com base nos produtos verificados no Banco do Brasil.
<p>4. Apresentar simulações de resultados de investimentos a médio e longo prazo;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - São elaboradas planilhas em Microsoft Office Excel 2003 para diversas simulações pelo leitor. As variáveis utilizadas são a taxa de juros e o prazo de permanência no investimento. - Descrição dos dados e pesquisa documental. São pesquisados produtos nos sites das instituições bancárias, especificamente Banco do Brasil e Banco Cooperativo SICREDI, verificado rentabilidades e características. - São selecionados alguns produtos (fundos de

	investimento) das instituições bancárias trabalhadas e alguns índices representativos (pontos de referência para diversas aplicações) do mercado para a montagem de simulações de médio e longo prazo.
5. Apresentar softwares de controle financeiro.	<ul style="list-style-type: none"> - É evidenciada a importância do controle financeiro, com base em pesquisa bibliográfica. - São selecionados alguns softwares de finanças pessoais, disponíveis gratuitamente, e apresentados como exemplos.

Quadro 1 - Objetivos específicos x Procedimentos metodológicos

3 CONCEITOS INICIAIS

A seguir são apresentados os principais conceitos teóricos necessários para o desenvolvimento do estudo do tema, bem como as perspectivas adotadas.

3.1 DINHEIRO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Considerando-se que, conforme MOREIRA (2002), o dinheiro participa de todos os momentos da vida econômica cotidiana e que esta constitui parte significativa da vida social, as atitudes frente ao dinheiro e variáveis relacionadas são um tópico relevante para estudo, da mesma forma, compreender como os fenômenos econômicos afetam a vida dos indivíduos.

No Brasil, a escala de significado do dinheiro inclui os componentes: poder, conflito, prazer, progresso, cultura, desapego, sofrimento, desigualdade e estabilidade (MOREIRA, 2002). Cada componente é explicado a seguir, relacionando as crenças e comportamentos coletivos a respeito do dinheiro:

- **PODER:** o dinheiro é fonte de autoridade, prestígio e reconhecimento social, assegurando uma situação privilegiada a quem o possui e permitindo burlar normas sociais.
- **CONFLITO:** significado negativo no contexto das relações interpessoais, pois o dinheiro provoca desconfiança, conflitos, desavenças, mortes, falsidade, neurose e oportunismo.
- **PRAZER:** conseqüências positivas que o dinheiro acarreta, como felicidade, bem-estar, auto-estima, esperança, harmonia nas relações interpessoais.
- **PROGRESSO:** significado em um contexto mais amplo, como promotor de progresso para as sociedades e a humanidade. O dinheiro é capaz de resolver problemas e construir um mundo melhor.
- **CULTURA:** o dinheiro pode ser investido no desenvolvimento das ciências, artes, cultura e tecnologia.

- DESAPEGO: existe uma oposição entre dinheiro e espiritualidade, uma necessidade de dar mais importância aos valores de solidariedade e generosidade que aos bens materiais.
- SOFRIMENTO: no nível da subjetividade, emoções carregadas de sofrimento são relacionadas ao dinheiro, tais como: angústia, depressão, frustração e impotência.
- DESIGUALDADE: o dinheiro é fonte de desigualdade social, segregação e preconceito. Ele cria uma demarcação no espaço social, dificultando o acesso de quem não o possui a lugares e pessoas.
- ESTABILIDADE: o dinheiro é fonte de segurança e estabilidade. É importante ter as necessidades básicas asseguradas.

De acordo com WEATHERFORD (2005), o dinheiro começou como simples artigo de cobre, prata, conchas e ouro, mas hoje inclui moedas e notas, cheques e contas bancárias, números em livros-razão, relevo em cartões plásticos, informações eletrônicas em telas de computadores. Essa revolução eletrônica do dinheiro deve aumentar ainda mais seu papel em nossas vidas.

Ao longo do tempo, ainda conforme WEATHERFORD, o dinheiro tornou-se a variável determinante não meramente das relações comerciais, mas cada vez mais de todos os tipos de relações religiosas e políticas, sexuais e familiares. “Desde a invenção do dinheiro há cerca de 3 mil anos atrás, as pessoas disputaram-no e lutaram para consegui-lo ao máximo” (WEATHERFORD, 2005, p.269).

Neste trabalho, o conceito de dinheiro é amplo, chegando ao conceito de moeda. “Na concepção dos economistas, moeda é tudo aquilo que é geralmente aceito como pagamento por bens e serviços e também como pagamento ou liquidação de dívidas” (HILLBRECHT, 1999, p.30). Moeda também é conhecida como ativo, que é algo de valor que se pode possuir.

Dinheiro é o ativo monetário criado pelas forças do mercado e/ou pelo poder de estado, com aceitação geral, legal e social, para desempenhar todas as suas funções clássicas, que são: função intermediária de trocas ou meio de circulação; função de medida de valor ou denominador comum das relações de troca ou unidade de contratos, e, as funções básicas de reserva de valor ou poder de compra entesourado, função liberatória ou com poder de saldar dívidas, liquidar débitos ou livrar de situação passiva e função de padrão de pagamentos diferidos ou promessa de pagamento. (COSTA, 1999, p.37).

Dinheiro é o “papel” que está na carteira, é o talão de cheques, são os cartões de débito e crédito, são as informações eletrônicas na internet e nos terminais de auto-atendimento dos bancos, são os bens e os títulos de valor que se possui. “Existe, hoje, uma série de alternativas de dinheiro de plástico que facilita o dia-a-dia das pessoas e representa um enorme incentivo ao consumo por significar uma alternativa de crédito intermediada pelo mercado bancário” (FORTUNA, 2005, p. 213).

A GLOBO.COM (2007) divulgou, em agosto deste ano, dados estatísticos referentes ao dinheiro de plástico. O Brasil é um dos países que mais usam cartão, é o quarto em transações eletrônicas. Existem no país 400 milhões de cartões, os de débito representam 180 milhões de unidades e os cartões de crédito, que são maioria, movimentam mais de R\$ 8 bilhões por mês, chegando a R\$ 100 bilhões por ano.

Quanto maior a facilidade de crédito, maior também a possibilidade de fazer dívida, com os juros do cartão sendo dos maiores do mercado. “De alguma forma o aumento da renda e do emprego não estão acompanhando o nível de crediário. Ou seja, as famílias estão tendendo a se endividar além da capacidade de pagamento”, explica Altamiro Carvalho, da Fecomercio, na mesma reportagem da GLOBO.COM.

Conforme GAVA (2004), a população tem suas relações de sobrevivência intermediadas pelo dinheiro. Porém, a importância do dinheiro vai além do objetivo mínimo de sobreviver.

A sobrevivência é o objetivo mínimo de cada pessoa, porém, a qualidade de vida depende de uma série de outros fatores e do suprimento de diversas outras necessidades subjetivas. O fato é que para o suprimento dessas necessidades humanas atuais é necessário o uso do dinheiro como forma de pagamento. Para obter alimentos, para locomover-se, para ter vestimentas, um lugar onde morar ou onde se abrigar, para ter lazer e diversão, acesso à saúde, segurança, higiene e para superar quaisquer outras condições para ser socialmente incluso é preciso ter dinheiro, pagar por isso ou para ter acesso a isso tudo (...). Quem não tem condições de pagar por isso tudo ou não tem o privilégio de ter sua vida patrocinada, fica excluído da sociedade moderna. (GAVA, 2004, p.13).

Visto isso, parece indiscutível a importância do dinheiro na vida de uma pessoa, por isso a relevância da **educação financeira**. No ano de 2000, uma pesquisa do Laboratório Wyeth (PEREIRA, 2003) apontou que mais da metade da população brasileira tem algum problema ligado ao sono. O estudo listou ainda as principais causas da insônia e as duas primeiras foram dívidas e desemprego,

causas “diretamente ligadas ao dinheiro, ou melhor, ligadas a uma falta ou inadequação de educação financeira” (p.30).

Todos têm necessidade de saber lidar com o próprio dinheiro. Não basta ter recursos, tem que saber administrá-los. Quem não sabe, corre o risco de viver com um padrão de vida abaixo daquele em que teria condições de estar.

A alfabetização financeira (...) é hoje tão importante quanto foi há cem anos o ensino da leitura e escrita. Como as escolas ainda não incluíram a matéria em seus programas, e em não havendo professores preparados em quantidade suficiente, percebo que as empresas, através de suas universidades corporativas e de programas de treinamento e desenvolvimento, estão à frente, realizando esse papel educativo. (PEREIRA, 2003, p. 161).

No sistema educacional brasileiro, perde-se com a ausência de estudos sobre dinheiro e finanças. Temas como consumo, orçamento, juros e investimentos são, na maioria dos casos, esquecidos. Acredita-se que tirando boas notas na escola, tendo uma boa faculdade e cursos de pós-graduação, o indivíduo consegue um bom emprego o que lhe garante uma boa renda e uma vida confortável. Sem dúvida a qualificação profissional é fundamental, porém creditar o sucesso financeiro apenas a isso é um pouco precipitado. Profissionais altamente qualificados e bem remunerados não estão livres dos problemas financeiros.

Ao se analisar o atual estágio da educação financeira no Brasil, observa-se que a abordagem do assunto ainda é incipiente em relação aos países desenvolvidos. Isso pode ser explicado pelo longo período de inflação no Brasil, que levou a uma preocupação maior com a preservação do poder aquisitivo em detrimento do planejamento de longo prazo. Contudo, com o processo de estabilização e de abertura econômica, o mercado financeiro nacional se modernizou, de modo que os indivíduos e as suas famílias passaram a demandar conhecimento e informação atualizada para tomarem as suas decisões financeiras.

A cultura brasileira patriarcal, do “coronelismo”, de poucos serem prósperos e a maioria pobre, esperando “ganhar” o que sobra dos ricos, está em sua fase terminal. O mundo não funciona mais assim. A formação de um cidadão passa pelo “fazer dinheiro” (PEREIRA, 2003, p. 75).

No Brasil, os altos índices de inadimplência e endividamento, bem como o consumismo excessivo e, como consequência, a baixa taxa de poupança do País, podem ser indicativos de carência de educação financeira.

De acordo com RODRIGUES (2007), o número de inadimplentes na cidade de São Paulo é de 43%. Os dados, referentes ao mês de maio de 2007, são da PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo). O estudo apontou também que 60% dos paulistanos estão endividados. Na análise por faixa salarial, entre os consumidores com rendimentos de até três salários mínimos, 65% têm dívidas e 57% possuem contas em atraso. Já entre os consumidores com rendimentos de três a dez salários mínimos, o endividamento é de 64% e a inadimplência de 43%. Aqueles com rendimentos superiores a este patamar enfrentam os mesmos problemas financeiros e os números não diferem muito, 53% estão endividados e 30% inadimplentes. De acordo com a Fecomercio, os níveis de inadimplência e endividamento ainda permanecem em patamares altos. Além disso, segundo o estudo, o comprometimento da renda do consumidor com dívidas chegou a 35%.

De acordo com MACEDO JR. (2007), somente uma em cada seis pessoas no Brasil tem poupança e apenas um em cada três brasileiros não possui dívidas, excluindo dessa lista as dívidas com o pagamento da casa própria. Ainda conforme o mesmo autor, em pesquisa publicada pela revista Money, 25% dos norte-americanos poupam para a aposentadoria. No Brasil, apenas uma em cada seis pessoas tem o hábito de poupar, independente do objetivo.

No Brasil, conforme PEREIRA (2003), apenas 2 milhões entre 170 milhões de brasileiros aplicam em fundos de investimento, na maioria de renda fixa, ou seja, 1,17% da população. Essa poupança representa cerca de 30% do PIB nacional. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos, cerca de 40% da população investe em algum tipo de fundo, representando uma poupança de 70% do PIB americano. Outro dado interessante que a autora coloca é que 85% dos herdeiros e 95% dos ganhadores de loterias perdem tudo. “A maioria dos ganhadores em loteria fica novamente pobre por não saber administrar suas fortunas” (SEGUNDO FILHO, 2003, p. 88).

O comprometimento com a educação financeira e a prática do planejamento financeiro pessoal não são apenas para aqueles que possuem sobras no orçamento. Quando os recursos são escassos, realidade da grande maioria da população

brasileira, torna-se imprescindível a excelência na gestão desses recursos por parte dos indivíduos e de suas famílias.

Bill Gates, o homem mais rico do planeta, já anunciou ao mundo que vai doar sua fortuna, ainda em vida, a causas e projetos cuidadosamente escolhidos. Na qualidade de pai, preocupado com a educação financeira dos seus filhos, disse que vem conversando com eles, desde muito cedo, antes dos 7 anos de idade, que vão receber algo em torno de dez milhões de dólares cada um, porque uma herança de bilhões de dólares não é educativo (PEREIRA, 2003, p.221).

Conforme PEREIRA (2003), as pessoas lidam com o dinheiro de maneiras distintas, explicadas na sua maioria pelo quadro abaixo:

Estilos	Características	Orientação no tempo
1. GASTADOR	Consumista ou “mão-aberta”. Vive no presente sem se preocupar com o futuro. A consequência é endividamento, pois não faz um planejamento do orçamento mensal.	No PRESENTE
2. ENTESOURADOR	O poupador ou “pão-duro”. Tem medo de ficar sem dinheiro no futuro. Então economiza o máximo que pode no dia a dia. A consequência é que não usufrui do dinheiro. É o estilo da maioria dos milionários que fizeram sua própria riqueza e da maioria dos empreendedores que criam verdadeiros impérios, somente pelo medo de ficarem pobres.	Para o FUTURO
3. DESLIGADO	As pessoas desligadas do dinheiro geralmente não sabem muito bem quanto recebem, nem o valor das coisas. Muitas se tornam dependentes financeiramente de outros. O desligamento ocorreu no passado, dificilmente cria planos futuros.	No PASSADO
4. EDUCADO FINANCEIRAMENTE	Reconhece que o dinheiro é um meio de troca para facilitar a vida. Desfruta dele sem comprometer seu futuro.	PASSADO + PRESENTE + FUTURO

Quadro 2 - Estilos de lidar com o dinheiro

Fonte: Adaptado de PEREIRA (2003, p.48).

O estilo ideal é o “educado financeiramente”, tendo em vista a orientação nos três tempos: passado, presente e futuro. Deve-se viver um presente adequado e de acordo com a realidade e passado, sem se descuidar do futuro.

Educação financeira engloba noções de matemática financeira, contabilidade, economia e direito. “Dinheiro é uma linguagem como qualquer idioma, daí ser importante praticar” (PEREIRA, 2003, p. 222). O processo de aprendizagem é contínuo e os dados são abundantes e “perecíveis”, por isso às vezes o necessário é conhecer as fontes de informação, para acessá-las sempre que precisar. Essas fontes podem ser livros, jornais, revistas, sites especializados, profissionais e consultorias, etc.

O sucesso e a segurança financeira estão ligados ao conhecimento. “Educação é a parte mais importante do que se chama capital humano”, diz Gary Becker, prêmio Nobel de economia (apud PEREIRA, 2003, p. 233). É preciso conhecer o próprio dinheiro, seus limites, seus poderes e suas funções para planejar o presente e o futuro. Tem sucesso aquela pessoa que consegue aproveitar ao máximo a renda que auferir, satisfazendo suas necessidades e desejos dentro de sua realidade e assegurando uma margem para poupança.

Para isso, faz-se necessário gestão. É relevante que o indivíduo saiba administrar seus recursos financeiros de forma adequada.

3.2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Conforme MAXIMIANO (2006, p. 06), “administração é o processo de tomar decisões sobre objetivos e utilização de recursos”. **O processo administrativo envolve cinco processos principais: planejamento, organização, liderança, execução e controle.** Uma das áreas da administração é a financeira, que será o foco desse estudo.

BITENCOURT (2004) coloca que a ciência finanças estuda a forma de como as pessoas, individualmente ou agrupadas, alocam seus recursos ao longo do tempo. “A teoria financeira consiste em um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento na destinação de recursos com base em modelos quantitativos que servem para avaliar alternativas e tomar decisões” (BITENCOURT, 2004, p.27).

As finanças podem ser definidas como a arte e a ciência de gerenciamento de fundos. Virtualmente, todos os indivíduos e organizações ganham ou captam e gastam ou investem dinheiro. As finanças lidam com o processo, as instituições, os mercados e os instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre indivíduos, negócios e governos. (GITMAN, 2001, p.34).

De acordo com GITMAN (2001), a administração financeira envolve fazer análise e planejamento financeiros e tomar decisões de investimento e financiamento, sempre com base nos fluxos de caixa e demonstrações contábeis do ambiente em estudo. O planejamento organiza os dados financeiros de forma que possam ser utilizados para monitorar a situação da empresa, avaliando a necessidade de se aumentar ou reduzir investimentos, financiamentos e capacidade produtiva.

As funções do administrador financeiro são organizadas pelo autor no quadro abaixo:

Posição	Descrição
Analista financeiro	Primeiramente, é responsável pelo preparo dos planos financeiros e orçamentários. Outras obrigações incluem a previsão financeira, a análise financeira de desempenho e o trabalho em conjunto com a contabilidade.
Gerente de orçamento de capital	Responsável pela avaliação e recomendação de propostas de investimentos em ativos. Pode se envolver nos aspectos financeiros da implementação de investimentos aprovados.
Gerente de projetos de financiamento	Em grandes empresas, consegue o financiamento para investimentos em ativos. Coordena consultores, banqueiros de investimento e assessoria jurídica.
Gerente de caixa	Responsável por manter e controlar os saldos diários de caixa da empresa. Frequentemente, gerencia as atividades de cobrança e desembolso de caixa e investimentos a curto prazo, assim como coordena empréstimos a curto prazo e relações com bancos.
Analista/gerente de crédito	Administra a política de crédito da empresa através da avaliação de solicitação de crédito, extensão de crédito, assim como monitoramento e cobrança de contas a receber.
Gerente de fundos de pensão	Em grandes companhias, é responsável pela supervisão geral e administração de ativos e passivos do fundo de pensão dos empregados.

Quadro 3 - Oportunidades Profissionais na Administração Financeira

Fonte: GITMAN (2001, p. 35).

Conforme BODIE (1999), outras decisões financeiras empresarias são as de capital de giro. Elas envolvem as questões do dia-a-dia. É a administração dos fluxos de caixa, entradas e saídas, essencial para o sucesso e operação da empresa.

Alguns itens típicos a serem administrados são a manutenção de registros contábeis, os cálculos de necessidades financeiras, a administração de dívidas e a composição da carteira de investimentos.

A sustentabilidade econômica e financeira é elemento essencial para o sucesso da organização. Conforme ANTONIK (2004), o desenvolvimento sustentável de uma empresa requer a definição de uma política realista, focada nas condições do mercado, cobrindo, no mínimo, os seguintes itens: custos operacionais e financeiros, inflação, riscos inerentes do negócio (inadimplências e perdas), depreciação, geração de excedente financeiro para investimento.

Um processo de análise dos demonstrativos financeiros é fator determinante de sucesso para a empresa e é responsabilidade da administração financeira. Eles proporcionam uma maneira para monitorar três importantes condições financeiras de uma organização (STONER, 1985). A primeira delas é a liquidez, capacidade de converter ativos em dinheiro para atender a necessidades e obrigações financeiras correntes. A segunda é a situação financeira geral, o equilíbrio a longo prazo entre dívidas e patrimônio líquido; o ativo da empresa depois de serem deduzidos os passivos. E a terceira é a rentabilidade, a capacidade de obter lucro com regularidade durante um grande período de tempo.

“Maximização de lucros talvez seja o objetivo empresarial mais freqüentemente citado, mas não é um objetivo muito preciso” (ROSS, 2000, p.43). Isso porque não se precisa prazo (curto, médio ou longo?) nem tipo de lucro (contábil ou por ação?). Portanto, ROSS (2000, p. 44) afirma como objetivo da administração financeira “maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários existentes”. As boas decisões financeiras aumentarão o valor de mercado do capital próprio dos donos, e as decisões ruins o diminuirão.

BODIE (1999, p. 27) indica uma boa razão para estudar finanças, tema central da próxima seção deste capítulo, a administração dos recursos pessoais:

O conhecimento de finanças ajuda você a administrar seus próprios recursos. Você pode viver sem qualquer conhecimento de finanças? Talvez. Contudo, se for completamente ignorante sobre o assunto, está à mercê dos outros. Lembre-se do velho ditado: “Um tolo e seu dinheiro logo se separam”. (...) Em alguns casos, você vai procurar a ajuda de especialistas. (...) Contudo, como é que você avalia o aconselhamento recebido? O estudo das finanças proporciona os meios para tal.

3.2.1 Administração Financeira Pessoal

Tendo em vista que a literatura a respeito deste item é escassa, todos os conceitos apresentados no item anterior, sobre administração financeira, podem ser adaptados perfeitamente para a perspectiva pessoal. Como gerente das próprias finanças, GITMAN (2001) explica que qualquer pessoa pode vir a fazer os trabalhos descritos anteriormente no Quadro 2 - Oportunidades Profissionais na Administração Financeira:

Como analista financeiro, você vai preparar demonstrações financeiras pessoais e orçamentos, estabelecer metas financeiras e desenvolver os planos financeiros de longo e curto prazos para chegar a essas metas. Antes que você faça um grande investimento de capital, como a aquisição de uma casa ou um carro, você vai avaliar se o custo inicial está dentro de sua capacidade de pagamento e também determinar como financiá-lo (...). O gerenciamento de caixa é outro trabalho crítico: ter recursos suficientes para pagar as contas, escolher corretamente as contas de banco, investir os saldos de caixa e conseguir empréstimos de curto prazo (como cartões de crédito e linhas de crédito bancárias). Finalmente, você é responsável pelo gerenciamento do seu portfólio de investimentos, assim como seu plano de aposentadoria ("pensão"): economizando e investindo o dinheiro para atender metas de longo prazo, como comprar uma casa, mandar seus filhos para a universidade e ter recursos suficientes para se aposentar confortavelmente. (GITMAN, 2001, p. 35).

A administração financeira pessoal envolve quatro tipos básicos de decisões (BODIE, 1999):

- Decisões de consumo e economia: quanto da riqueza atual deve ser gasta em consumo e quanto da renda atual deve se economizar para o futuro.
- Decisões de investimento: como investir as sobras do orçamento.
- Decisões de financiamento: quando e como usar o dinheiro de terceiros.
- Decisões de administração de risco: buscar formas de reduzir as incertezas financeiras e estabelecer quando assumir riscos.

Em relação às decisões de consumo e economia, HALFELD (2004, p. 25) coloca:

Conheço pessoas que ganham muito dinheiro, mas não conseguem poupar. Conheço outras que ganham pouco, mas são boas poupadoras. Qual a diferença entre elas? A capacidade de não cair nas tentações do consumismo. (...) Poupar é a primeira batalha. Investir corretamente, fazendo seu dinheiro crescer, é a segunda.

Uma variável muito importante na administração financeira é o tempo. “As estratégias de finanças devem ter componentes de longo e curto prazo” (STONER, 1985, p.151). Na busca do objetivo da tranqüilidade financeira, quanto mais cedo a pessoa começar a se planejar, separando um certo valor periodicamente e aplicando-o de forma inteligente, menos esforço terá que fazer, como demonstra a figura a seguir:

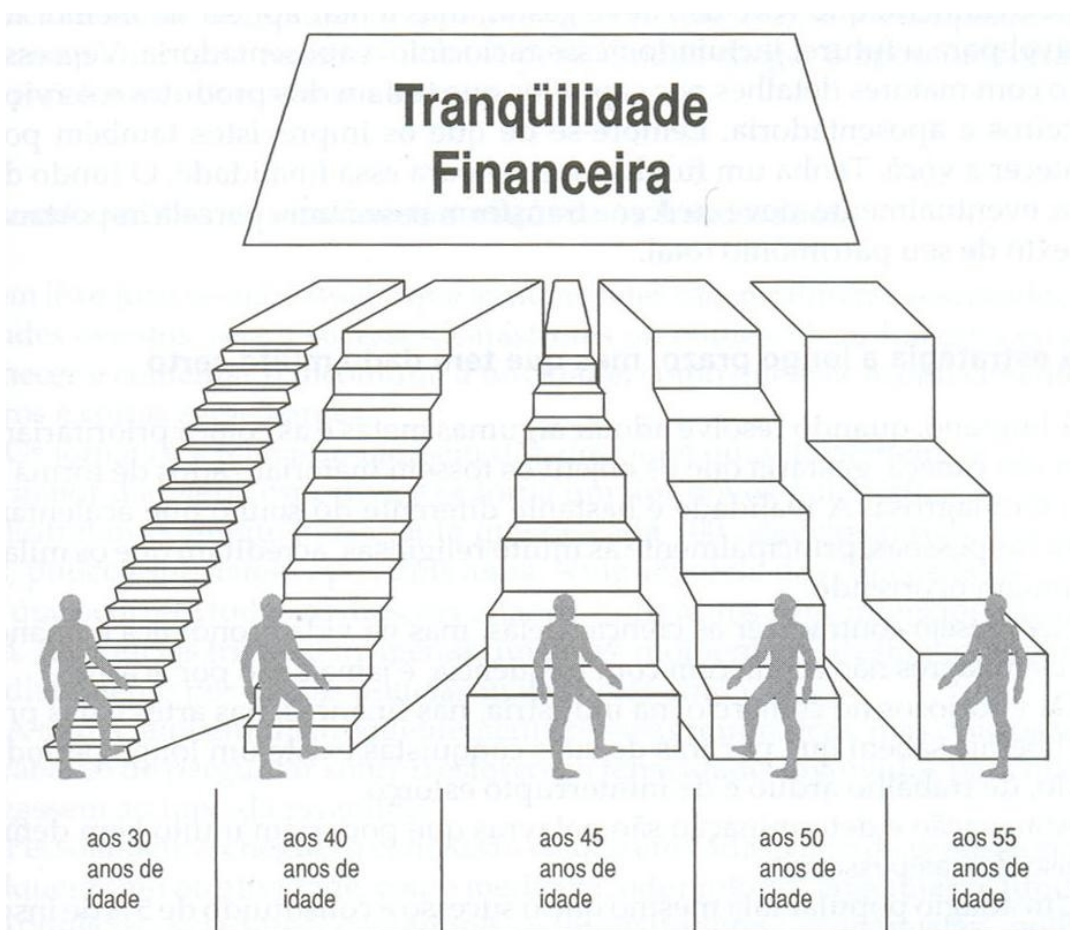


Figura 1 - Pirâmide da Tranqüilidade Financeira
Fonte: FRANKENBERG (1999, p. 85).

“Tranqüilidade financeira” é uma expressão subjetiva. Conforme FRANKENBERG (1999), essa expressão traduz o estado de satisfação de uma pessoa ao alcançar um objetivo por ela mesma definido como o montante suficiente

para manter um determinado padrão de vida. Conceitos como riqueza, conforto, qualidade de vida, bem-estar, sucesso, definem a mesma idéia. “O indivíduo estabelece uma linha de conduta financeira que gostaria de seguir e os principais objetivos que almeja alcançar na vida” (p. 31).

Na figura, o esforço é traduzido visualmente pelo tamanho dos degraus. Uma pessoa de 50 anos, por exemplo, deve se esforçar muito mais (poupando uma quantia superior) que outra de 30 anos para chegar ao mesmo objetivo, a tranqüilidade financeira, pois o tempo que ela dispõe é menor. Portanto, é mais suave a ascensão dos degraus para o mais jovem. O inverso também é válido, pois a queda de alguns degraus, devido a despesas elevadas e imprevistos, é mais facilmente recuperável aos 30 anos do que aos 55 anos.

FRANKENBERG (1999) ressalta que a administração e o planejamento das finanças pessoais implica em seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa. “Não existe mágica para formar um bom patrimônio. Seja grande ou pequena sua renda atual, é fundamental você se disciplinar para não gastar tudo o que ganha.” (p. 40).

O mesmo autor relembra as palavras de Abraham Lincoln em 1865 quando formulou os quatro mandamentos da prosperidade, palavras até hoje atuais:

- I – Não criarás prosperidade se desestimulares a poupança.
- II – Não criarás estabilidade permanente baseada em dinheiro emprestado.
- III – Não evitarás dificuldades financeiras se gastares mais do que ganhas.
- IV – Não poderás ajudar os homens de maneira permanente se fizeres por eles aquilo que eles podem e devem fazer por si próprios.

Os Estados Unidos, país mais rico do planeta, com 250 milhões de habitantes, tinham, no ano 2000, 12% de pobres, o que representa cerca de 31 milhões de pessoas. Há 40 anos, o governo federal americano criou um programa de auxílio à pobreza. Porém a idéia básica estava errada, pois queriam acabar com os pobres suprimindo suas necessidades apenas com dinheiro. Faltou a essas pessoas uma educação prática de como ganhar seu próprio dinheiro e multiplicá-lo. O problema da pobreza jamais será resolvido somente com dinheiro. (PEREIRA, 2003, p. 69).

Tendo em vista os mandamentos acima, percebe-se a importância da educação financeira na gestão de finanças pessoais.

Conhecer os fundamentos das finanças determinará quais atitudes serão tomadas pelas pessoas no dia-a-dia financeiro, e os hábitos são completamente diferentes entre as situações de conhecimento ou desconhecimento dessa ciência. (BITENCOURT, 2004, p. 34).

O quadro abaixo lista as prováveis implicações conforme o conhecimento ou não na área de finanças.

Conhecimento sobre finanças?	
NÃO	SIM
Dificuldades financeiras	Estabilidade financeira
Investimentos deficitários (sem retorno)	Investimentos lucrativos
Pagamentos de juros (passivos)	Recebimento de juros (ativos)
Empréstimos	Aplicações financeiras
Ostentação	Evita supérfluos
Gastos maiores que receitas	Gastos menores que receitas
Faltam recursos para aplicar	Sobram recursos para aplicar
Não possui autodisciplina para traçar e alcançar metas financeiras	Tem autodisciplina para traçar e alcançar metas financeiras

Quadro 4 - Atitudes e hábitos relacionados ao conhecimento de finanças

Fonte: WERNKE (2004, p. 66).

Os caminhos para solucionar uma crise financeira pessoal não são muito diferentes daqueles utilizados pelas empresas. Eles se fundamentam em duas medidas básicas: aumento da renda e redução de gastos.

Para começar a entender finanças pessoais é preciso ter essa idéia principal que estrutura a sociedade capitalista, de forma que o dinheiro tem caráter de mercadoria e, como mercadoria, possui um preço. (...) Cabe a nós entender essa estrutura e aprender a cuidar do nosso orçamento conforme as regras do jogo. (...) Se formos ao banco, por exemplo, e oferecemos o nosso dinheiro a título de aplicação, ele nos pagará um preço para ficar com as nossas reservas e, quanto maiores forem essas reservas, mais caro o banco vai nos pagar para retê-las e mais benefícios conseguiremos. Esse é o poder do dinheiro sendo usado para gerar mais dinheiro (GAVA, 2004, p.12).

Conforme PEREIRA (2003), de um modo geral, as pessoas não estão preparadas para administrar, multiplicar e usufruir a riqueza, bem como para a gestão financeira pessoal.

Nesse estudo, os processos que compõem a administração financeira pessoal serão divididos em três fases: organização e planejamento financeiros, decisões de investimento e controle, apresentadas nos próximos capítulos.

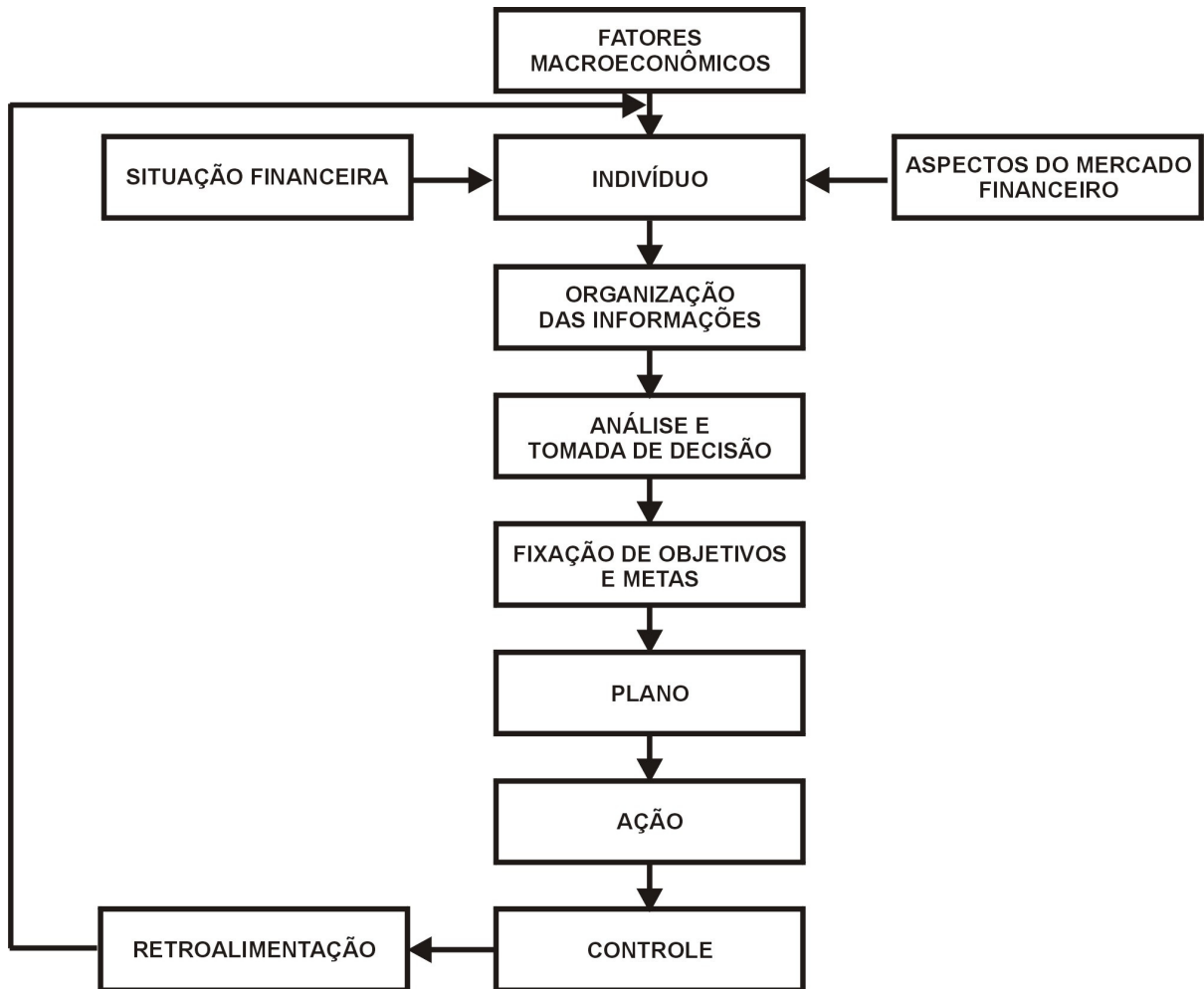
4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

“Um bom planejamento pode fazer mais por seu futuro do que muitos anos de trabalho e, em geral, é o diferencial entre sonhadores e realizadores” (MACEDO JR., 2007, p. 26).

Os primeiros passos para a administração financeira pessoal são organizar e planejar. Conforme BITENCOURT (2004), o planejamento é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de um indivíduo, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e pontos fracos, e, com isso, estabelece o propósito que o indivíduo deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

O FINANCENTER (2007), site especializado em informações financeiras para pessoas físicas de domínio da empresa BML Serviços Financeiros Ltda., coloca que o planejamento financeiro pessoal é um processo racional de administrar sua renda, seus investimentos, suas despesas, seu patrimônio, suas dívidas, com o objetivo de concretizar sonhos como casa própria, educação dos filhos, a viagem dos sonhos, reduzir impostos, aposentar-se confortavelmente. Aborda a **programação do orçamento**, a **racionalização dos gastos** e a **otimização dos investimentos**.

O processo de elaboração de um planejamento financeiro pessoal com suas variáveis é apresentado no fluxograma abaixo, adaptado de ZDANOWICZ (2003, p. 136).



Fluxograma 1 - Processo de Planejamento Financeiro Pessoal

De acordo com o fluxograma, o indivíduo deve considerar fatores macroeconômicos, aspectos do mercado financeiro e, com base na sua situação financeira devidamente quantificada e organizada, partir para a análise dessas informações. Nesse momento, os objetivos e metas são estabelecidos. A maneira como alcançá-los é desenvolvida no plano.

Nos passos seguintes, o controle é importante, pois permite monitorar a ação, ou seja, verifica o que está sendo feito, seus resultados e o que deve ser alterado. A retroalimentação indica que o processo é contínuo, devendo ser constantemente reavaliado. Possíveis variações ou desvios dos resultados esperados, que podem ocorrer durante a fase de implantação, devem ser analisados e, se possível, revertidos.

Para analisar a viabilidade e os benefícios de um planejamento financeiro pessoal, foi realizada uma pesquisa com ex-alunos da Faculdade de Economia e Administração da USP em 2003.

De acordo com os resultados da pesquisa, a maioria dos entrevistados que afirmou realizar algum tipo de planejamento financeiro, comparativamente com o restante da amostra, pretende aposentar-se mais cedo, possui patrimônio líquido superior, recorre menos a financiamentos e, quando o faz, solicita crédito por meio de linhas mais baratas e por menos tempo, além de investir em aplicações mais arriscadas, como em renda variável ou outras opções que permitam maior retorno frente à caderneta de poupança e outras aplicações de baixo risco. (SOUSA, 2004, p. 10).

Conforme informações do site do SEBRAE (2007), que podem ser aplicadas na administração pessoal, independentemente do tamanho da empresa é necessário estabelecer metas, parâmetros e estratégias. É importante ter um guia, um plano, que direcione as ações do presente como meio de atingir as metas traçadas para o futuro. O planejamento requer organização, controles, ferramentas para tomada de decisão e correção de rumos. Portanto, planeje e organize a empresa. Orientações válidas também para o contexto pessoal.

Com isso, o primeiro passo do planejamento é a organização e visualização da situação financeira. Assim como as empresas possuem as demonstrações financeiras, a pessoa também deve montar a sua demonstração financeira. Conforme KIYOSAKI (2002, p. 162), “o investidor de maior risco é a pessoa que não tem o controle de sua demonstração financeira.”

Organizar as contas também mostra a real dimensão de sua saúde financeira e quais são seus hábitos de consumo. Possibilita que você diminua seus gastos ao cortar desperdícios e pagamento de juros e poupe para investir em você. Ao colocar tudo no papel, você pode ter uma agradável surpresa e descobrir que tem mais dinheiro que imagina. (MACEDO JR., 2007, p. 34).

A parte prática deste capítulo é a verificação de demonstrações contábeis financeiras pessoais, mais especificamente o **balanço patrimonial** e o **fluxo de caixa**. Devem ser elencados os créditos/bens existentes, os débitos/dívidas a pagar e o fluxo de entradas e saídas. Essas informações organizadas são a base para a tomada de decisão de qualquer questão referente à administração financeira pessoal. O objetivo foi compor modelos de fácil aplicação e dinâmicos, com o embasamento da literatura específica e adaptando os exemplos utilizados por

empresas. É importante destacar que os itens apresentados (em CD anexo) são apenas exemplos que podem ser adaptados para a realidade de cada indivíduo.

4.1 O PATRIMÔNIO

Para se chegar ao patrimônio líquido efetivo de uma pessoa, deve-se preparar o seu Balanço Patrimonial, que reflete a posição financeira em determinado momento.

O balanço patrimonial é um retrato da empresa. É uma maneira conveniente de organizar e resumir o que a empresa possui (seus ativos), o que a empresa deve (seus exigíveis), e a diferença entre os dois (patrimônio líquido da empresa), num dado momento. (ROSS, 2000, p. 56)

O balanço patrimonial é constituído pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. A expressão *balanço* decorre do equilíbrio: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$. Parte-se da idéia de uma balança de dois pratos em que sempre se encontra a igualdade, conforme IUDÍCIBUS (2004). A expressão *patrimonial* origina-se do patrimônio da pessoa, ou seja, a riqueza líquida do indivíduo, o que realmente é de sua propriedade, depois de abater todas as dívidas.

De acordo com IUDÍCIBUS (2004), por Ativo entende-se todos os bens e direitos de propriedade da pessoa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para o indivíduo. Exemplos de bens: máquinas, terrenos, dinheiro (moeda), veículos, imóveis, etc. Exemplos de direitos: contas a receber, títulos a receber, ações, depósitos em contas bancárias, títulos de crédito, etc.

O Passivo evidencia toda obrigação (dívida) que a pessoa tem com terceiros. Como exemplos: contas a pagar, impostos a pagar, financiamentos, empréstimos, prestações, etc. “O Passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma.” (IUDÍCIBUS, 2004, p. 185).

Finalmente, por definição, a diferença entre o total do Ativo e o valor total do Passivo é o Patrimônio Líquido (PL). O PL, afirma ROSS (2000), procura refletir o

fato de que, se a pessoa vendesse/resgatasse seus ativos e utilizasse o dinheiro para pagar todas as suas dívidas, o valor residual pertenceria ao indivíduo. Dessa forma, o balanço fecha, retomando a idéia da balança e do equilíbrio com a equação $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$, pois apenas rearranjando os termos tem-se: $\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$. Tendo em vista esta equação, para aumentar o patrimônio, existem duas opções: incrementar o Ativo ou reduzir o Passivo.



Figura 2 - Equação do Balanço Patrimonial

Fonte: HALFELD (2004, p. 136).

O modelo de Balanço Patrimonial apresentado a seguir (e em CD anexo) foi construído com embasamento de exemplos da literatura apresentados em FRANKENBERG (1999, p. 74), GALLAGHER (2004, p. 143) e MACEDO JR. (2007, p. 31 e 35).

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Dinheiro	R\$ 0,00	Contas a pagar	R\$ 0,00
Moeda estrangeira	R\$ 0,00	Saldo devedor - imóveis	R\$ 0,00
Contas correntes	R\$ 0,00	Saldo devedor - carro	R\$ 0,00
Poupanças	R\$ 0,00	Crédito educativo	R\$ 0,00
Valores a receber	R\$ 0,00	Dívidas cartão de crédito	R\$ 0,00
CDBs	R\$ 0,00	Cheque especial	R\$ 0,00
Fundos de investimentos	R\$ 0,00	Dívidas com lojas	R\$ 0,00
Clubes de investimentos	R\$ 0,00	Empréstimos	R\$ 0,00
Debêntures	R\$ 0,00	Outras dívidas	R\$ 0,00
Ações	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Título de capitalização	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Outros títulos	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Previdência privada	R\$ 0,00		R\$ 0,00
FGTS	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Imóveis	R\$ 0,00	Total do Passivo	R\$ 0,00
Automóveis	R\$ 0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Outros	R\$ 0,00	Ativo - Passivo	R\$ 0,00
Total do Ativo	R\$ 0,00	Total (Passivo + PL)	R\$ 0,00

Quadro 5 - Modelo de Balanço Patrimonial

Destaca-se que o modelo apresentado é um exemplo, ou seja, um ponto de partida para a criação do Balanço Patrimonial personalizado. Cada indivíduo possui uma demonstração diferente, baseada nas suas próprias contas de Ativo e Passivo. Conforme KIYOSAKI (2002), um ativo é algo que põe dinheiro no bolso e um passivo é algo que tira dinheiro do bolso.

As informações que constam no Balanço Patrimonial podem ser atualizadas conforme a frequência da consulta a esses dados. Por exemplo, ao verificar os saldos no banco (da conta corrente, da poupança, de um fundo de investimento, entre outros), os valores podem ser digitados na planilha de controle pessoal.

4.2 AS RECEITAS, AS DESPESAS E A POUPANÇA

Para a organização e visualização das receitas, das despesas e do valor poupado em dado período de tempo, faz-se o fluxo de caixa.

O estudo do fluxo de caixa é determinante na elaboração do planejamento financeiro. “As pessoas enfrentam dificuldades financeiras porque não controlam seu fluxo de caixa.” (KIYOSAKI, 2002, p. 158). A organização financeira pessoal passa obrigatoriamente pela estruturação do fluxo de caixa, possibilitando a visualização das entradas e saídas de dinheiro no curto e médio prazos. Listar as despesas e comparar com as receitas é um trabalho importante para descobrir se há desequilíbrio nas contas e verificar o porquê disso.

Um fluxo de caixa familiar deve conter no mínimo os três componentes básicos: **renda, consumo e poupança**. Existem pessoas ou famílias que somente adotam os dois primeiros componentes, deixando a poupança de lado. O que acontece com essas pessoas? Elas simplesmente reduzem suas esperanças e a probabilidade de um dia melhorarem de vida, pois sempre dependerão exclusivamente do seu salário para viver, e este sempre será o limite do seu consumo. Quem adota os três componentes de um fluxo de caixa familiar, ou seja, incluindo a poupança, tem uma reserva de recursos que, se bem administrada, poderá ainda lhe ser uma fonte extra de renda, além de não depender do dinheiro dos bancos e incorrer em juros caso surja alguma despesa emergencial. A poupança é, ao mesmo tempo, uma reserva para segurança contra adversidades da vida e uma potencial fonte geradora de renda, possibilitando o planejamento financeiro de longo prazo. (GAVA, 2004, p.09).

De acordo com ZDANOWICZ (2004), o conjunto de ingressos e desembolsos de numerário ao longo de um período é denominado fluxo de caixa.

O planejamento do fluxo de caixa é importante porque indica antecipadamente as necessidades de numerário para o atendimento dos compromissos que a pessoa assumiu ou irá assumir, considerando os prazos para serem saldados. Desse modo, o administrador financeiro tem condições de planejar, com a devida antecedência, os problemas de caixa que poderão surgir em consequência de reduções cíclicas das receitas ou de aumentos no volume dos pagamentos.

É importante ressaltar que dentro do contexto deste trabalho, “o administrador financeiro” é cada pessoa e “a empresa” é a realidade individual.

Ainda conforme ZDANOWICZ (2004), outro papel importante que o fluxo de caixa desempenha é a possibilidade de evitar a programação de desembolsos vultosos para períodos em que os ingressos orçados sejam baixos.

Dentre os objetivos de se elaborar um fluxo de caixa citados pelo autor, destacam-se:

- Programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos e o montante, havendo tempo suficiente para as medidas necessárias;
- Permitir o planejamento dos desembolsos de acordo com as disponibilidades de caixa, evitando-se o endividamento;
- Verificar a possibilidade de aplicar possíveis excedentes de caixa;
- Facilitar o controle financeiro;
- Projetar um plano efetivo de pagamento de débitos.

O fluxo de caixa de uma pessoa física é o detalhamento mensal das suas rendas e das suas despesas, ou seja, a entrada e a saída de dinheiro. É aconselhável que a projeção do fluxo de caixa seja preparada para o ano inteiro. A diferença entre as rendas e as despesas vai indicar para onde está indo o seu dinheiro. Se a diferença for positiva, o saldo estará indo para o seu bolso (...). Se a diferença for negativa, significa que você gastou mais do que ganhou. (SEGUNDO FILHO, 2003, p. 58)

4.2.1 Modelo de fluxo de caixa

Com o embasamento de modelos apresentados por MACEDO JR. (2007, p. 35), ZDANOWICZ (2004, p. 145), LUQUET (2000, p. 13) e PEREIRA (2003, p. 216-218), foi elaborado o fluxo de caixa abaixo.

MÊS:		SETEMBRO		
SALÁRIO:		R\$ 0,00		
OUTRAS RECEITAS:		R\$ 0,00		
		Total:	R\$ 0,00	
SAÍDAS				
	DESCRIÇÃO	VALOR	DATA	FORMA DE PGTO
GASTOS FIXOS	Aluguel	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Mensalidades escolares	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Academia	R\$ 0,00	99/99/9999	CH
	TV por assinatura	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Internet	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Empregado(a)	R\$ 0,00	99/99/9999	DIN
	Prestação carro	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Prestação seguro	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Plano de saúde	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Outros	R\$ 0,00	99/99/9999	CAR
GASTOS VARIÁVEIS	Supermercado	R\$ 0,00	99/99/9999	CAR
	Gasolina	R\$ 0,00	99/99/9999	CAR
	Luz	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Água	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Telefone	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Celular	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
Outros	R\$ 0,00	99/99/9999	CAR	
GASTOS ARBITRÁRIOS	Roupas	R\$ 0,00	99/99/9999	CAR
	Lazer	R\$ 0,00	99/99/9999	DIN
	Viagens	R\$ 0,00	99/99/9999	DIN
POUPANÇA	Poupança	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
	Fundo de Investimento	R\$ 0,00	99/99/9999	DEB
Total:		R\$ 0,00		
Saldo no mês:		R\$ 0,00		
Total CAR (cartão de crédito)		R\$ 0,00		
Total CH (cheque)		R\$ 0,00		
Total DEB (débito em conta ou cartão de débito)		R\$ 0,00		
Total DIN (dinheiro)		R\$ 0,00		
Total poupança:		R\$ 0,00		
Total:		R\$ 0,00		

Quadro 6 - Modelo de Fluxo de Caixa

Os dados devem ser organizados de forma que se visualize a realidade financeira da pessoa e constando os três componentes principais: renda, consumo e poupança. A planilha consta em CD anexo para aplicação pessoal.

Conforme o Quadro 6, na primeira linha da planilha, temos o período do fluxo de caixa. No exemplo, foi utilizada a periodicidade mensal, pois é a mais comum, a maioria das pessoas recebe mensalmente e a maioria das contas devem ser pagas também dentro deste período. Isso não impede que a planilha seja adaptada para outras periodicidades, como, por exemplo, semanal.

Logo depois vêm as entradas de caixa. Como receita principal está o salário líquido, o valor que efetivamente é recebido, já desconsiderando os descontos, como impostos, FGTS, INSS, etc. Demais entradas percebidas no período podem entrar em “outras receitas”. E, por último, temos um totalizador das entradas de caixa.

Nas saídas de caixa constam todos os gastos no mês, devidamente discriminados através da descrição, valor, data e forma de pagamento. Esses dados são importantes, pois permitem a verificação de para onde está indo o dinheiro. Quando se tem o fluxo de caixa de vários meses, formando um histórico, as análises podem ser aprofundadas.

As saídas foram divididas em quatro seções: gastos fixos, gastos variáveis, gastos arbitrários e poupança. Os gastos fixos são as despesas costumeiras e necessárias que possuem sempre o mesmo valor a ser pago. Os gastos variáveis também incluem despesas costumeiras e necessárias, porém os valores variam mensalmente. Já os gastos arbitrários, são aqueles que não precisam ser feitos, que podem ser cortados e que farão pouca diferença no cotidiano.

Conforme LUQUET (2000), essa divisão dos gastos é importante para analisar possíveis reduções. Nos gastos variáveis, por exemplo, é possível reduzir uma parcela de cada item e no final conseguir uma boa economia. Em relação aos gastos arbitrários, como são supérfluos, podem ser cortados em épocas de recursos escassos.

Ainda dentro das saídas de caixa, elaborou-se um espaço para os investimentos realizados dentro do mês, aquela quantia reservada para a poupança. A escolha da palavra poupança não é no sentido de caderneta de poupança, e sim num sentido mais amplo, de todos os valores poupados, independe do produto de aplicação escolhido para onde vai o valor. Na coluna “Poupança” da tabela, abre um

browse com todas as opções de produtos trabalhos pelo indivíduo atualmente. Essa lista pode ser editada e ampliada conforme novas decisões de investimentos.

Na planilha apresentada, a coluna “Data” é importante para o controle de cheques pré-datados, por exemplo. Se o cheque será descontado apenas no mês seguinte, ele deve entrar na coluna do respectivo mês.

No caso do cartão de crédito, é importante saber a data de fechamento da fatura, pois uma despesa feita nesse mês, dependendo do dia, pode entrar para pagamento apenas no próximo mês/fatura, sendo assim ela deve estar na coluna do mês pagante.

Na coluna “Forma de pagamento”, a tabela disponibiliza um browse que permite a escolha entre as opções listadas pelo usuário. No exemplo, foram colocadas: CAR (Cartão de Crédito), CH (Cheque), DEB (Cartão de débito ou débito em conta) e DIN (Dinheiro). Pode ser útil para enumerar diferentes contas correntes, cartões de crédito, o que for necessário para a organização e controle pessoais.

Ao final da listagem das saídas, existe um totalizador. A partir dele e do totalizador das entradas, a planilha calcula o saldo no mês, diminuindo o total das saídas do total das entradas. Para uma melhor análise do fluxo de caixa, têm-se outros totais calculados automaticamente que são os totais por forma de pagamento e o total de poupança. Os totais por forma de pagamento são importantes para verificar o total da fatura do cartão de crédito, por exemplo. O total de poupança traz a soma dos valores preenchidos na seção de poupança dentro das saídas, ou seja, o total poupado e investido no período.

Pode-se começar o planejamento pelo mês corrente, com as despesas que já estão sendo feitas, porém, é importante já prever meses futuros, ou seja, orçar os fluxos de caixa dos próximos meses. Quando efetua-se uma compra a prazo, é importante atualizar a planilha e colocar todas as prestações. Da mesma forma, com despesas fixas ou já confirmadas, como um pagamento de imposto (IPVA, IPTU, entre outros).

O planejamento do fluxo de caixa permite ao administrador financeiro verificar e providenciar um valor para ser investido. Sendo a principal renda o salário mensal, o ideal é poupar um valor fixo a cada mês no dia do pagamento. As pessoas que poupam apenas o que sobra no fim de mês correm o risco de gastar demais.

4.3 ANALISANDO OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS PESSOAIS

De acordo com BITENCOURT (2004), a origem dos problemas financeiros está em conciliar os hábitos com a renda de cada um. “Numa análise simples, existem apenas duas coisas a fazer com cada real ganho: gastá-lo ou poupá-lo. O segredo do sucesso financeiro está em encontrar o equilíbrio.” (p.48).

ENNES (2006) afirma que é preciso ter reservas para momentos inesperados ou objetivos predeterminados. Um planejamento mal feito ou gastos inesperados, como com doenças, defeitos no carro, período de desemprego, por exemplos, podem afetar o planejamento. O ideal é que se tenham reservas para suprir essas necessidades, para evitar crédito desnecessário, que tem custo muito mais elevado do que os possíveis ganhos na maioria das aplicações. O autor ainda ensina alguns passos na elaboração de um planejamento:

O importante é não precisar passar sufoco. O primeiro passo é listar todas as receitas. Depois, todas as despesas fixas. Naquelas cujo valor oscila, é importante ser conservador. É melhor projetar um valor um pouco acima da média, para não ter surpresas. Equacionados ganhos e custos, faz-se necessário pensar nos supérfluos. Todos os gastos devem ser anotados. Pequenas despesas podem fazer diferença no orçamento, quando somadas. Para poupar, pode ser preciso abrir mão de algumas coisas, como eventuais viagens e saídas com amigos. A sobra de caixa deve ser aplicada mensalmente. Aos poucos, pode-se juntar montante suficiente para realizar alguns desejos. É preciso escolher bem a aplicação mais adequada aos seus objetivos.

Os demonstrativos financeiros formam um instrumento útil ao processo de tomada de decisão. A partir de uma série histórica deles, pode-se verificar hábitos, tendências de comportamento e, com isso, buscar alterações e elaborar planejamento.



Ao verificar o saldo do fluxo de caixa (total de receitas menos o total de despesas), imagina-se uma sinaleira:

Sinal vermelho	<p>Receitas menores que despesas</p> <p>Atenção! Devem ser tomadas medidas urgentes para deixar de pagar juros e sair do vermelho. Analisar o fluxo de caixa e o orçamento, buscando cortar e diminuir gastos com o objetivo de sobrar algum valor para começar a pagar as dívidas. As dívidas podem ser renegociadas ajustando um parcelamento compatível com o orçamento, sendo possível cumpri-lo sem gerar mais dívidas.</p>
Sinal amarelo	<p>Receitas iguais a despesas</p> <p>Fique atento. Analisando o fluxo de caixa, deve-se procurar formas de diminuir as despesas para começar a poupar e investir.</p>
Sinal verde	<p>Receitas maiores que despesas</p> <p>Prossiga dessa forma. Destaca-se que gastar menos do que ganha é poupar, mas só poupar não resolve. Investir bem o dinheiro é essencial para a criação de patrimônio.</p>

Quadro 7 - Receitas x Despesas

Fonte: Adaptado de MACEDO JR. (2007, p. 37).

MACEDO JR. (2007) representa graficamente os diferentes fluxos de caixa e balanços patrimoniais conforme a classe social:

<p>Fluxo de caixa dos pobres</p> <div style="display: flex; justify-content: center; align-items: center; gap: 20px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; text-align: center;">Receita de salários</div> <div style="font-size: 2em;">=</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; text-align: center;">Despesas correntes</div> </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;">Balanço patrimonial</p> 	<p>Os pobres vivem exclusivamente de salários e consomem toda a renda em despesas correntes. Eventualmente, possuem uma casa para constar entre seus ativos, resultado de uma pequena poupança.</p>
<p>Fluxo de caixa da classe média</p> <div style="display: flex; justify-content: center; align-items: center; gap: 20px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; text-align: center;">Receita de salários</div> <div style="font-size: 2em;">=</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; text-align: center;"> Despesas correntes Juros Custos para sustentar os ativos </div> </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;">Balanço patrimonial</p>  <p style="font-size: 0.8em; margin-top: 10px;"> Uma parte das receitas da classe média é gasta para sustentar ativos que não geram renda. </p>	<p>A classe média possui como fonte de renda a receita de salários, de atividades de autônomo ou de pequenas empresas próprias. Essas receitas sustentam suas despesas correntes (bastante superiores às das pessoas pobres) e seus ativos que não geram renda (exemplos: carros, casa de praia, sítio, apartamento). Muitos de seus bens são adquiridos por financiamentos, constituindo um passivo extenso. As pessoas da classe média normalmente trabalham muito para poder sustentar o conforto que adquiriram.</p>

<p style="text-align: center;">Fluxo de caixa dos ricos</p> <p style="text-align: center;">Balanço patrimonial</p>	<p>Parte da renda dos ricos eventualmente provém de um salário, porém a parte mais importante vem do resultado de seus investimentos, como dividendos e juros de investimentos, participações acionárias e receitas de aluguéis. A maior parte do ativo dos ricos gera renda.</p>
<p style="text-align: center;">Fluxo de caixa de quem quer ficar rico</p> <p style="text-align: center;">Balanço patrimonial</p>	<p>Parte da renda deve ser poupada e utilizada na compra de ativos que gerem renda. Resumindo: poupar e investir.</p>

Quadro 8 - Demonstrativos financeiros por classe social

Fonte: Adaptado de MACEDO JR. (2007, p. 42-44).

O balanço patrimonial e o fluxo de caixa devem ser analisados em conjunto. De nada adianta um fluxo de caixa positivo se é financiado por um passivo. Conforme apresentado no quadro acima, é importante investir em ativos que gerem renda. Uma casa na praia, por exemplo, conforme o autor coloca, é um ativo que gera despesas com manutenção, tais como imposto, luz, água, caseiro, jardineiro, faxineira, etc. Comprar um carro caro, não inclui apenas o investimento inicial - o preço do carro -, mas os gastos altos de seguro, gasolina (normalmente são carros mais potentes) e manutenção (peças mais caras). Conforme KIYOSAKI (2002, p. 156), “as pessoas têm dificuldades financeiras porque adquirem passivos e os consideram ativos”.

Talvez este seja o grande segredo de uma boa administração dos próprios recursos: ter a capacidade de equilibrar o orçamento doméstico, ajustar seu consumo à sua renda e permitir uma capacidade de geração de poupança. (...) Para resolver problemas financeiros definitivamente não é preciso fazer cálculos complexos, contabilidade pessoal pesada, raciocínios complicados e ficar horas analisando contas a pagar. A solução é comportamental. Buscar solução em cálculos contábeis, opções de crédito, aumento de salário ou um emprego extra, só resulta em um adiamento do problema, uma postergação das dívidas e o agravamento da situação. É preciso primeiramente ter noção da renda que se tem e saber que esse é o limite do seu consumo. (GAVA, 2004, p. 48)

As planilhas “Balanço Patrimonial” e “Fluxo de Caixa” apresentadas devem ser constantemente atualizadas para um monitoramento da situação financeira. A cada extrato conferido, conta paga, dívida adquirida, investimento realizado, as informações devem ser registradas nas tabelas.

Tem-se, usualmente, que balanço patrimonial é anual e o fluxo de caixa é mensal, porém a aplicação defendida pelo trabalho para uso pessoal é diária. Destaca-se, ainda, o fato das planilhas serem exemplos sugeridos, ou seja, cada indivíduo pode adaptá-las ou até mesmo criar outras diferentes, tendo em vista o atendimento das suas necessidades e realidade.

5 DECISÕES DE INVESTIMENTO

Neste capítulo, são apresentadas as variáveis envolvidas nas decisões de investimento e examinadas as principais opções de produtos de aplicações financeiras para pessoa física.

Muitas pessoas não têm a mais vaga idéia do seu patrimônio atual, do volume de suas despesas mensais e de quanto precisariam para viver de forma confortável por um mês. Por viverem em completa desorganização financeira, são levadas a crer que jamais terão o suficiente para ser um investidor. Isto é um engano. (LUQUET, 2000, p. 12).

Com a organização do fluxo de caixa, orçamento e situação patrimonial, e tendo como base os objetivos estabelecidos no planejamento financeiro, parte-se para as decisões de investimento do valor poupado. É o momento de iniciar um programa de poupança e investimento. “Não basta ganhar. Tem que saber multiplicar.” (PEREIRA, 2003, p.63).

Poupar é sinônimo de guardar. Geralmente, as pessoas conscientes começam como poupadores, podendo mais adiante evoluir para investidores. O ato de poupar é um primeiro sinal, altamente positivo, de que a pessoa pretende encarar de forma realista os altos e baixos que irão ocorrer em sua vida e deseja estar preparada para isso. Quem não tiver presente a importância de economizar um pouco, e de maneira periódica, provavelmente não alcançará o almejado sucesso financeiro. Mais importante do que a quantidade poupada é a idéia de mensal ou periodicamente colocar uma certa importância de lado e não gastar tudo o que se ganha. (...) A caderneta de poupança é o veículo ideal para essa poupança sistemática, até que o bolo atinja um determinado valor e justifique os investimentos mais sofisticados que irão diferir de pessoa para pessoa. (FRANKENBERG, 1999, p. 89-90).

A estratégia para a formação de uma poupança deve seguir alguns passos:

Passo 1: Quanto pode ser poupado
Com as metas definidas e tendo eliminado as dívidas, é possível iniciar um programa de poupança e investimento. Estabeleça um valor fixo ou um percentual da receita líquida mensal que será alocado para a finalidade de poupança. Pode ser pouco ou muito, R\$100 ou 10% a 15% do orçamento mensal: o que interessa é cumprir o compromisso de poupar todos os meses.
Passo 2: Onde aplicar essa quantia
Agora é a vez de decidir sobre a aplicação do dinheiro economizado. As estratégias variam de acordo com o montante, o perfil do investidor, a experiência, entre outros fatores. Ao investir considere os rendimentos das aplicações e seus custos. É importante conhecer os impostos envolvidos (IOF, IR e CPMF) e a taxa de administração. Definido o tipo de aplicação, avalie com cuidado as instituições financeiras, sob os aspectos de idoneidade e tradição, para escolher bem as que merecem receber sua confiança e dinheiro.
Passo 3: Reavaliação contínua desse processo
Os resultados alcançados devem ser acompanhados e a estratégia deve estar em constante avaliação para reorientá-la quando necessário.

Quadro 9 - Passos para a formação da poupança

Fonte: Adaptado de FRANKENBERG (1999, p. 81).

Os investimentos devem se tornar um hábito para acumulação de patrimônio. ENNES (2006) sugere que se comece com a caderneta de poupança, que é mais fácil, apenas para acostumar-se a poupar. A partir de um determinado acúmulo de receita, já se pode migrar e ir testando, aos poucos, as aplicações mais adequadas a cada perfil. É importante destacar que, se houver necessidade de retirada de recursos de algum investimento por eventualidades, o aplicador tente repor o montante. Ou seja, além do investimento mensal, é preciso que se economize para devolver o que foi retirado. Essa é uma forma de tentar não comprometer o investimento com gastos eventuais, que podem acabar tornando-se recorrentes.

Nem sempre investir é a melhor alternativa dentro do cenário que a pessoa está inserida. De acordo com FRANKENBERG (1999, p. 77):

Eliminar, ou pelo menos diminuir, uma dívida de cheque especial, cartão de crédito, prestações etc. pode resultar numa aplicação bem melhor do que colocar dinheiro novo numa caderneta de poupança ou qualquer outra inversão de renda fixa, já que os juros que você recebe das aplicações costumam ser muito mais baixos do que os juros pagos aos bancos, administradoras de cartões e financeiras.

Para ser um investidor não é necessário ter muito dinheiro. Além disso, a poupança não precisa ser a única opção para valores pequenos. Determinadas aplicações podem ser iniciadas e mantidas com quantias baixas. Com R\$ 200,00, por exemplo, pode-se aplicar em um fundo de ações no Banco do Brasil.

Conforme SEGUNDO FILHO (2003, p. 06), “o objetivo da administração de investimentos é atender às necessidades do investidor em termos de rentabilidade, risco e liquidez”. Porém, os investimentos não possuem as três características: alta rentabilidade, baixo risco e boa liquidez. Por isso, o investidor deve fazer uma análise de qual aspecto mais relevante de acordo com o seu perfil, objetivos, e ponderar o que cada alternativa de investimento oferece.

As estratégias podem variar muito, dependendo do montante, do perfil do investidor, de sua experiência etc. Para quem está se iniciando no planejamento financeiro pessoal, o mais indicado ainda é a caderneta de poupança, pois alia três predicados importantes: renda, segurança e liquidez. (FRANKENBERG, 1999, p. 81).

5.1 ASPECTOS RELEVANTES

Na escolha da melhor opção de investimento, o investidor deve levar em conta diversos fatores, tais como os que serão detalhados a seguir.

5.1.1 Objetivos

Para se obter êxito nos investimentos, é necessário definir objetivos claros e verificar se são de curto, médio ou longo prazo, conforme quadro abaixo.

Objetivo de curto prazo	Aquele que você deseja atingir em até um ano. Exemplos: comprar um DVD player ou um computador. Formar um fundo para emergências.
Objetivo de médio prazo	Aquele que você deseja atingir nos próximos dois a cinco anos. Exemplo: comprar um carro.
Objetivo de longo prazo	Aquele que você deseja atingir daqui a cinco ou mais anos. Exemplos: comprar uma casa, aposentadoria, educação dos filhos.

Quadro 10 - Objetivo x Prazo

Fonte: Adaptado de MACEDO JR. (2007, p. 46).

Os objetivos auxiliam na escolha dos investimentos, pois indicam valores e prazo. Por exemplo, comprar um computador em até um ano, é uma meta de curto prazo e um valor relativamente pequeno. Sendo assim, pode-se escolher uma aplicação de curto prazo, pois o dinheiro não permanecerá por muito tempo, e que permita movimentações baixas, pois o montante mensal a ser poupado para esse fim será pequeno. KIYOSAKI (2002) afirma que as pessoas investem por dois motivos básicos: poupar para a aposentadoria e ganhar muito dinheiro.

De acordo com LUQUET (2000), outra forma de estruturar os objetivos, é dividi-los em duas categorias: preservação ou aumento do capital.

Se você está apenas querendo preservar seu capital, deve deixar o dinheiro em aplicações de renda fixa. Mas se você quer um aumento do capital investido, opte por deixar uma parcela do dinheiro em aplicações de maior risco, como ações, que podem fazer seu patrimônio crescer no longo prazo. (LUQUET, 2000, p. 17).

Conforme STONER (1985), os objetivos são importantes por pelo menos quatro razões. A primeira delas coloca que eles propiciam um senso de direção, o que reforça a motivação. A segunda razão indica que os objetivos focalizam os esforços. Como os recursos são normalmente escassos, é importante definir prioridades no momento de empregá-los.

A terceira razão aponta que os objetivos guiam nossos planos e decisões. Ao se possuir metas bem estabelecidas, torna-se mais seguro o processo de tomada de decisão, sendo a escolha mais adequada a que estiver contribuindo com o(s) objetivo(s).

E, por último, os objetivos ajudam a avaliar o progresso. Um objetivo claramente estabelecido e mensurável, com um prazo final específico, se torna um padrão de desempenho que permite aos indivíduos avaliarem seu progresso. Assim, os objetivos são uma parte essencial do controle, o processo de garantir que as ações correspondam aos objetivos e planos criados para alcançá-los. Com qualquer insucesso ou imprevisto, as ações podem ser reformuladas.

5.1.2 Risco

Se você sempre recebe exatamente o que esperava de uma aplicação financeira, está trabalhando livre de risco. Entretanto todos os investimentos trazem surpresas decorrentes de eventos inesperados. Risco é a parcela inesperada do retorno de um investimento. (HALFELD, 2004, p. 86)

Por mais conservador que seja o investidor, qualquer opção está sujeita a algum risco. Conforme SEGUNDO FILHO (2003), risco é a probabilidade de perda. O risco é decorrente das oscilações do mercado (exemplos: alta da taxa de juros, recessão nos Estados Unidos ou outro país, falência de uma empresa, valor do dólar). Por exemplo, se você investir em ações ou em outro ativo que sofra variações de preços, corre o risco da diminuição do valor dessa aplicação.

Todo investimento possui risco, usualmente classificado como baixo, médio ou alto. Como risco sempre existirá, a questão é administrá-lo. Uma maneira para isso é fazer uso da diversificação.

A diversificação é uma estratégia de investimento, “significa não colocar todos os ovos numa mesma cesta” (LUQUET, 2000, p. 22). Com ela, perdas em algumas aplicações podem ser superadas porque se está ganhando em outras.

Parte do risco associado a ativos individuais pode ser eliminada com a construção de carteiras. O processo de distribuição de um investimento em mais de um ativo (e, portanto, formando uma carteira) é denominado diversificação. O princípio da diversificação nos diz que, ao distribuir o investimento em vários ativos, parte do risco será eliminada. (...) Se aplicarmos em uma única ação, o valor de nosso investimento flutuará com os eventos específicos à empresa. Se aplicarmos em uma carteira grande, por outro lado, algumas ações da carteira terão aumento de preço devido aos eventos positivos específicos destas empresas e outras terão quedas de preço devido aos eventos negativos. O efeito líquido no valor global da carteira será relativamente pequeno, pois esses efeitos tenderão a se anular. (ROSS, 2000, p. 298)

A diversificação reduz o risco, mas apenas até certo ponto, pois existe um nível mínimo de risco que não pode ser eliminado pela diversificação.

Conforme LUQUET (2000), todo ativo tem um valor pelo qual pode ser negociado no mercado. Esse valor varia periodicamente. Quanto mais variar o valor desse ativo, mais riscos ele tem. Essa oscilação do retorno é chamada volatilidade.

Aplicando esses conceitos nos principais produtos oferecidos pelo mercado financeiro ao investidor pessoa física, tem-se a renda fixa como risco baixo (caderneta de poupança, CDBs e fundos de investimento com carteira de ativos de

renda fixa) e a renda variável (ações, fundos de investimento com carteira de ativos de renda variável) como risco alto.

5.1.3 Perfil

É importante destacar a influência dos aspectos comportamentais nas decisões de investimento. Não existe apenas a racionalidade, mas também o comportamento e a irracionalidade humana, fatores como a aversão à perda, o medo do arrependimento, a autoconfiança excessiva, a motivação no momento, entre outros, acabam impactando as escolhas de onde investir.

Os perfis mais divulgados estão diretamente relacionados ao risco e são apresentados por SILVA (2004) e pelo Portal do Investidor (2007) como:

- **Perfil Conservador:** significa investir onde existe risco praticamente nulo para os investimentos (renda fixa). Privilegia a segurança, para isso aceita uma menor rentabilidade.
- **Perfil Moderado:** significa aceitar alguns riscos para que se obtenha uma rentabilidade maior. Aplicar entre 55% e 60% em renda variável e o restante em renda fixa. Procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras.
- **Perfil Agressivo:** significa aceitar mais riscos, e assim como existe a possibilidade de perder grande parte do dinheiro investido, existe a chance de obter excelentes lucros. Privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível.

De acordo com KIYOSAKI (2002), as pessoas guardam o dinheiro, como fazem os poupadores, e esperam que ele cresça ao longo do tempo. Nesse período de espera, entram os investimentos, quando a pessoa deve conhecer seu perfil, respeitá-lo e segui-lo. Normalmente, o indivíduo está mais preocupado com as perdas do que com os ganhos. “Ao investir, as pessoas precisam atentar às suas necessidades emocionais. Se a dor e o medo de perder são demasiado grandes, é preferível investir de modo conservador.” (p. 271).

Para a definição do perfil, devem ser avaliados fatores tais como tolerância a riscos, idade, situação financeira, conhecimento do mercado, entre outros. O fator risco já foi mencionado no item anterior. Em relação à idade, quanto mais jovem, mais tempo se tem para superar uma crise financeira ou recuperar o retorno de um investimento de renda variável. Visto isso, os jovens podem arriscar mais, ou seja, investir um percentual maior de seu patrimônio em renda variável, potencialmente mais lucrativa no longo prazo.

A situação financeira está relacionada aos objetivos preservação ou aumento do capital, conforme já exposto no item específico sobre objetivos. Na preservação, supõe-se um perfil mais conservador e no aumento do patrimônio, um perfil mais agressivo.

Por último, o fator conhecimento do mercado financeiro é interessante para a verificação do perfil, pois permite ao indivíduo buscar aqueles investimentos que lhe são mais atrativos.

5.1.4 Liquidez

Liquidez refere-se à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em dinheiro, conforme ROSS (2000).

SEGUNDO FILHO (2003) define liquidez como a capacidade de transformar o investimento em dinheiro, a qualquer tempo, sem perda da rentabilidade. Por exemplo, dinheiro em conta corrente é um ativo de alta liquidez porque, se você precisar, pode sacar o dinheiro imediatamente. A caderneta de poupança também tem alta liquidez, mas, para não perder a rentabilidade do mês, só pode sacar no dia do vencimento.

Na realidade, a liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço. Um ativo de alta liquidez, portanto, é aquele que pode ser vendido rapidamente sem perda significativa de valor. Um ativo ilíquido é aquele que não pode ser convertido em caixa rapidamente, sem que haja redução substancial do preço. (ROSS, 2000, p. 58)

Quanto mais líquido o patrimônio, menor é a possibilidade de a pessoa vir a se encontrar em situação de insolvência, isto é, dificuldade de pagar dívidas. Porém, os ativos líquidos geralmente são menos rentáveis. Por exemplo, o saldo de caixa (dinheiro) é o mais líquido dos ativos, mas não gera retorno algum, pois está parado. “Existe, portanto, uma escolha entre as vantagens da liquidez e a perda de lucros potenciais” (ROSS, 2000, p. 58).

As pessoas estão sujeitas a imprevistos, tais como doenças, ações judiciais, acidentes de carro, que podem afetá-las financeiramente, dilapidando o patrimônio e levando a aquisição de elevadas dívidas. O orçamento e o planejamento podem sucumbir aos gastos excessivos necessários nesses momentos. Com isso, ressalta-se a importância de criação de reservas líquidas (valores que podem ser resgatados sem perdas no mesmo dia) e aquisição de seguros.

KIYOSAKI (2002) reforça a necessidade dos seguros na administração financeira pessoal:

Seguros são muito importantes e precisam ser considerados parte de seu plano financeiro. (...) O seguro é uma rede de segurança, ou uma cobertura contra passivos financeiros e pontos fracos. (...) O problema dos seguros é que você nunca pode adquiri-lo quando precisa dele. Você precisa antecipar-se e adquiri-lo na esperança de nunca vir a precisar dele. O seguro é paz mental. (p. 90)

5.1.5 Retorno

O retorno ou a rentabilidade é a expectativa de crescimento do dinheiro aplicado. (SILVA, 2004, p. 72). GITMAN (2001) explica retorno como o total de ganhos ou perdas ocorrido através de um dado período de tempo, comumente mensurado como a variação no valor.

De acordo com SEGUNDO FILHO (2003), rentabilidade é o retorno do investimento, normalmente calculada em termos de porcentagem. É apurada através dos valores da venda ou resgate e da compra ou aplicação. Por exemplo, ao aplicar R\$1.000,00 em um fundo e, na hora do resgate, receber R\$1.100,00, a rentabilidade do período foi de 10%. Na área financeira, utiliza-se o índice de rentabilidade

chamado ROI (Retorno sobre o Investimento) ou ROA (Retorno do Ativo), conforme fórmula abaixo (ROSS, 2000, p. 86):

$$\text{ROI} = \text{ROA} = \text{Lucro Líquido} \div \text{Total do Ativo}$$

No exemplo citado, o Lucro Líquido (já descontados todos os impostos e tarifas) foi R\$100,00 e o Total do Ativo (capital investido) foi R\$1.000,00. Logo tem-se como resultado: $\text{ROI} = \text{ROA} = \text{Lucro Líquido} \div \text{Total do Ativo} = \text{R}\$100,00 \div \text{R}\$1.000,00 = 0,10 = 10\%$.

As instituições financeiras disponibilizam as rentabilidades de seus produtos, porém é importante verificar que normalmente não estão deduzidos os impostos.

A análise da rentabilidade de determinado produto deve ser histórica e comparativa. Recomenda-se uma análise com base em um histórico de pelo menos um ano e, mesmo assim, afirma-se que a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Além disso, a comparação com os percentuais da poupança, do CDI e do Ibovespa são comuns nas análises de investimentos. A rentabilidade da poupança é uma das mais baixas, porém não há cobrança de imposto de renda nem de taxa de administração, por isso serve de comparativo, pois os demais produtos devem ter rendimento superior mesmo considerando os impostos e taxas. O CDI (Certificado de Depósito Interbancário) também é uma referência importante, pois é um *benchmark* para as aplicações de renda fixa.

A taxa do CDI representa o custo que o banco tem para captar dinheiro, isto é, para fazer um empréstimo em outro banco. Essa taxa, que varia diariamente, é o ponto de referência (o *benchmark*) das aplicações em renda fixa no Brasil. Para saber se sua aplicação de renda fixa está com boa rentabilidade, é preciso compará-la à taxa do CDI. (LUQUET, 2000, p. 59).

Para as aplicações de renda variável, tem-se como referência o índice Ibovespa, que mede o comportamento das ações mais negociadas na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Conforme o site da Bovespa (www.bovespa.cpom.br), esse índice é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato

de retratar o comportamento dos principais papéis negociados na Bolsa de Valores de São Paulo.

5.1.6 Prazo

Ao escolher o investimento, é importante considerar por quanto tempo os recursos poderão ficar aplicados. Isso porque o horizonte de aplicação pode influenciar na rentabilidade e está diretamente ligado aos impostos cobrados, como o IOF e o IR, quando houver.

O IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras -, determinação legal da Portaria nº 264 do Ministério da Fazenda, incide sobre os rendimentos dos investimentos quando os resgates ocorrem em um período inferior a 30 dias desde a aplicação, e o percentual do imposto varia dependendo do número de dias decorridos, conforme quadro abaixo.

<i>Dias</i>	<i>Alíquota</i>	<i>Dias</i>	<i>Alíquota</i>	<i>Dias</i>	<i>Alíquota</i>
1	96%	11	63%	21	30%
2	93%	12	60%	22	26%
3	90%	13	56%	23	23%
4	86%	14	53%	24	20%
5	83%	15	50%	25	16%
6	80%	16	46%	26	13%
7	76%	17	43%	27	10%
8	73%	18	40%	28	6%
9	70%	19	36%	29	3%
10	66%	20	33%	30	Isento

Quadro 11 - Tabela Regressiva de Tributação do IOF

Fonte: www.sicredi.com.br (2007).

O IOF é um imposto que pode, de fato, ser evitado. Para isso, basta que o investidor mantenha o recurso aplicado por mais de 30 dias. Antes disso, todo resgate estará sujeito ao pagamento de uma alíquota regressiva de IOF, proporcional ao número de dias restantes para que o investimento complete um mês. O percentual de incidência deste imposto pode variar de 96% a 0%, conforme quadro acima, e é cobrado com base na rentabilidade total do período.

O imposto de renda também pode ser reduzido conforme o prazo da aplicação e tabela regressiva abaixo:

<i>Prazo de permanência em dias</i>	Alíquota total
Até 180	22,5%
Entre 181 e 360	20%
Entre 361 e 720	17,5%
Acima de 720	15%

Quadro 12 - Tabela do Imposto de Renda

Fonte: www.sicredi.com.br (2007).

Porém, essa tabela para aplicação da taxa do IR não é válida para todos os produtos, conforme será visto na próxima seção.

5.2 PRINCIPAIS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA

A seguir são apresentadas as principais opções de investimento para Pessoa Física (PF) e suas principais características, de forma que o investidor possa ter uma visão global das alternativas antes de se aprofundar naquelas que atendam melhor às suas expectativas, depois de verificadas as variáveis explicadas na seção anterior. Não existe o melhor investimento, mas sim o investimento mais adequado para atingir os objetivos pessoais.

É importante destacar que existem diversos outros produtos, além dos que serão mencionados, que o mercado financeiro oferece, tais como clubes de investimento, debêntures, títulos de capitalização e previdência privada. Existem também outros mercados que oferecem opções de investimento distintas como câmbio, ouro, imóveis, mercado empresarial. Porém, o estudo focou nos produtos caderneta de poupança, fundos de investimento, CDBs, ações e títulos públicos.

De acordo com MACEDO JR. (2007), os investimentos realizados no mercado financeiro geralmente são divididos em duas categorias: renda fixa e renda variável. Nos investimentos em renda fixa, a remuneração, ou sua forma de cálculo, é previamente definida no momento da aplicação. O Portal do Investidor (2007) informa que ao investir os recursos em um título de renda fixa, seja ele emitido pelo governo ou por uma empresa privada, empresta-se a quantia investida ao emissor do título para, em troca, depois de certo período, receber o valor aplicado acrescido de juros pagos como forma de remuneração de seu empréstimo.

Ainda conforme o Portal do Investidor, nos investimentos em títulos de renda variável, o investidor não tem como saber, previamente, qual será a rentabilidade da aplicação. Porém, se a escolha for feita com critério, diante de opções bem avaliadas e com diversificação dos investimentos, a aplicação em renda variável tende a proporcionar ao investidor um retorno maior do que o obtido em aplicações de renda fixa. Normalmente, investimentos em renda variável são recomendados para prazos mais longos e para investidores com mais tolerância às variações de preço dos títulos, muito comuns nesse mercado.

Tipo	Características	Produtos
Renda Fixa	<ul style="list-style-type: none"> - Empresta dinheiro - Recebe juros - Mais conservador 	<ul style="list-style-type: none"> - Títulos públicos e privados; prefixados e pós-fixados; - Caderneta de poupança, CDB, tesouro direto; - Fundos de investimento em renda fixa
Renda Variável	<ul style="list-style-type: none"> - Compra ações de uma empresa - Recebe lucros - Menos conservador 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações - Fundos de investimento em renda variável.

Quadro 13 - Renda Fixa e Renda Variável

Fonte: Adaptado de MACEDO JR. (2007, p.110-111).

5.2.1 Caderneta de Poupança

“A caderneta de poupança é um investimento tradicional, conservador e muito popular entre investidores de menor renda.” (Portal do Investidor, 2007).

É um investimento de baixo risco em renda fixa. Possui rentabilidade definida de 0,5% ao mês mais a variação da Taxa Referencial (TR). A caderneta paga os juros na data de aniversário (data da aplicação). Só irá render aquele dinheiro que ficou parado na conta entre dois aniversários, ou seja, um mês completo. Ao sacar o dinheiro antes do aniversário, não são recebidos os juros mensais referentes ao valor sacado.

Investimento de liquidez imediata, as quantias depositadas podem ser resgatadas a qualquer momento. No entanto, os valores mantidos por menos de 1 mês não recebem nenhuma remuneração.

Não há incidência de imposto de renda para Pessoas Físicas e existe a compensação da CPMF para aplicações que permaneçam por três meses. Além disso, na maioria das Instituições Financeiras, a aplicação inicial é irrisória e não existe um valor mínimo para movimentação e resgate.

Roberto Derziê de Sant'Anna, diretor nacional de serviços e captação da Caixa Econômica Federal, explica que, como a Caixa atende muitos cliente de baixa renda, a caderneta de poupança é muito procurada por ser considerada uma opção descomplicada. Para ele, mesmo com a redução da TR, a poupança continua a competir de igual para igual com outros investimentos. “Hoje, a poupança rende 65% do CDI, mas o investidor está livre de Imposto de Renda, CPMF e taxa de administração”, ressalta (GLOBO.COM, 2007).

No ano de 2007, a captação de recursos da poupança superou os resgates em todos os meses, sendo a diferença considerada como captação líquida positiva. Os números são apresentados no gráfico abaixo:

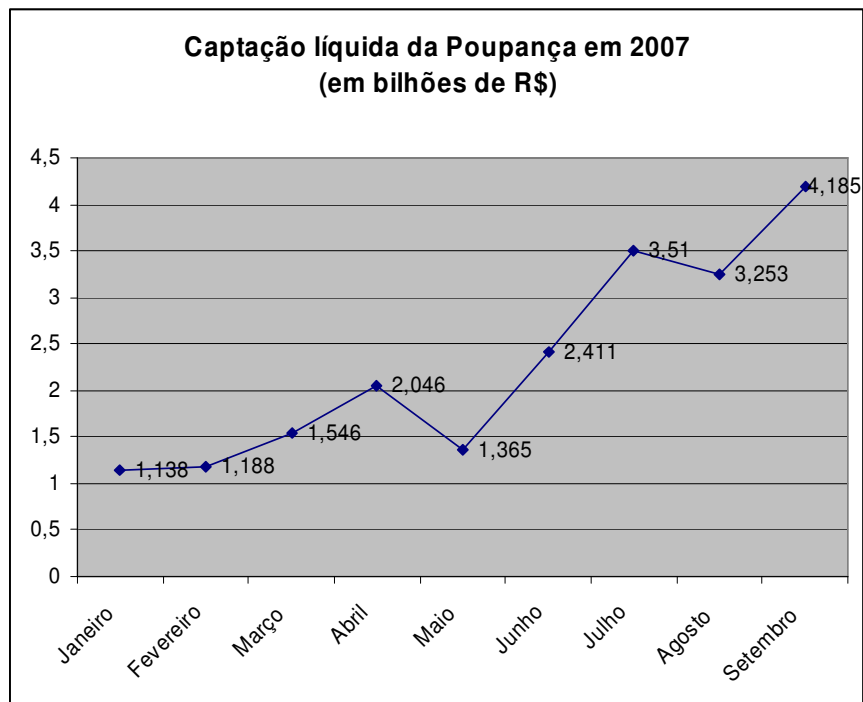


Gráfico 1 - Evolução da captação líquida da Poupança no ano de 2007
Fonte: www.valoronline.com.br (2007).

5.2.2 Fundos de Investimento

De acordo com a ANBID (2007), Associação Nacional dos Bancos de Investimento, um fundo de investimento é um condomínio que reúne recursos de um conjunto de investidores, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira de títulos ou valores mobiliários. Através dos fundos, os pequenos investidores têm acesso a melhores condições de mercado, menores custos e contam com administração profissional, colocando-os em igualdade com os grandes investidores. É importante ressaltar que os recursos dos fundos nunca se misturam aos da instituição administradora.

Os fundos tornam possível a diversificação dos investimentos, visando diluir o risco e aumentar o potencial de retorno. Atualmente eles funcionam com a autorização da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão responsável por sua regulação e fiscalização, buscando a proteção do investidor. A instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento. A ANBID auxilia na legislação dos fundos de investimento.

Os fundos são compostos por cotas. O patrimônio de um fundo é a soma de todas as cotas que foram compradas pelos investidores. Quando se aplica dinheiro em um fundo, está se comprando determinada quantidade de cotas. “O valor da cota se altera diariamente, mas a quantidade de cotas é sempre a mesma – a não ser que você venda, compre mais ou que o Imposto de Renda seja recolhido” (MACEDO JR., 2007, p. 90).

A classificação dos fundos, regulamentada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), é definida por MACEDO JR. (2007, p. 93):

- **Curto Prazo:** São considerados os mais conservadores, com cotas menos sensíveis às oscilações das taxas de juros. Investem em títulos públicos federais ou privados de baixo risco com prazo máximo de 375 dias. O prazo médio da carteira é de, no máximo, 60 dias. Podem ser títulos de renda fixa, pós ou prefixados, e geralmente sua rentabilidade está atrelada à taxa de juros usada nas operações entre os bancos, o CDI.
- **Referenciado:** Devem acompanhar a variação do indicador de desempenho (*benchmark*) definido em seu objetivo, mantendo, no mínimo,

95% de sua carteira composta por ativos que acompanhem referido indicador. Os mais conhecidos são os referenciados DI, que acompanham a variação diária das taxas Selic (fixada pelo Comitê de Política Monetária - COPOM, do Banco Central do Brasil, e usada nas operações de curtíssimo prazo entre os bancos negociadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC,) e CDI e se beneficiam em um cenário de alta de juros.

- **Renda Fixa:** Aplicam, no mínimo, 80% de seu patrimônio em títulos de renda fixa prefixados (que rendem uma taxa de juro previamente acordada, se beneficiando em um cenário de redução das taxas de juros) ou pós-fixados (que acompanham a variação da taxa de juros ou um índice de preço).
- **Multimercado:** Combinam investimentos nos mercados variados como renda fixa, câmbio, ações, entre outros. São fundos com alta flexibilidade de gestão, por isso dependem mais do talento do administrador na escolha do melhor momento de selecionar os ativos da carteira e decidir o percentual do patrimônio que será investido em cada um dos mercados. Apresentam maior risco.
- **Ações:** Mais indicados para investimentos de longo prazo. São fundos que investem, no mínimo, 67% de seu patrimônio em ações negociadas em Bolsa. Dessa forma, estão sujeitos às oscilações de preços das ações que compõem sua carteira. Alguns fundos dessa classe têm como objetivo de investimento acompanhar a variação de um índice do mercado acionário, tal como o Ibovespa ou o IBX (índice calculado pela Bovespa, mede o desempenho das 100 ações mais negociadas). Risco alto.

Existem ainda os Fundos Cambiais e os Fundos de Dívida Externa, com patrimônios líquidos bem inferiores aos demais, que não serão abordados neste estudo.

Conforme o boletim da ANBID do mês de Agosto de 2007, seguem os valores de Patrimônio Líquido acumulado no ano dos Fundos de Investimento por categoria, além dos dados de total de aplicações e resgates.

MERCADO BRASILEIRO DE FUNDOS NO ANO DE 2007 (Dados até Agosto/2007, em R\$ milhões)				
	Patrimônio Líquido	Aplicações	Resgates	Captação Líquida
Renda Fixa	357.736,67	280.384,39	266.404,44	13.979,95
Multimercados	256.090,08	135.781,26	111.833,75	23.947,51
Referenciado DI	169.334,81	185.936,41	196.728,23	-10.791,82
Ações	113.160,99	36.419,10	20.447,73	15.971,37
Curto Prazo	27.303,90	145.008,51	143.176,59	1.831,92
Outros*	130.535,54	37.400,38	29.211,65	8.188,73
Total	1.054.161,99	820.930,05	767.802,39	53.127,66

*Outros: FIDC, Previdência, Privatização, Câmbio e Dívida Externa.

Quadro 14 - Mercado Brasileiro de Fundos no ano de 2007

Fonte: Adaptado de www.anbid.com.br (2007).

Com base nos dados apresentados, pode-se verificar a participação percentual de cada categoria no mercado doméstico, por patrimônio líquido:

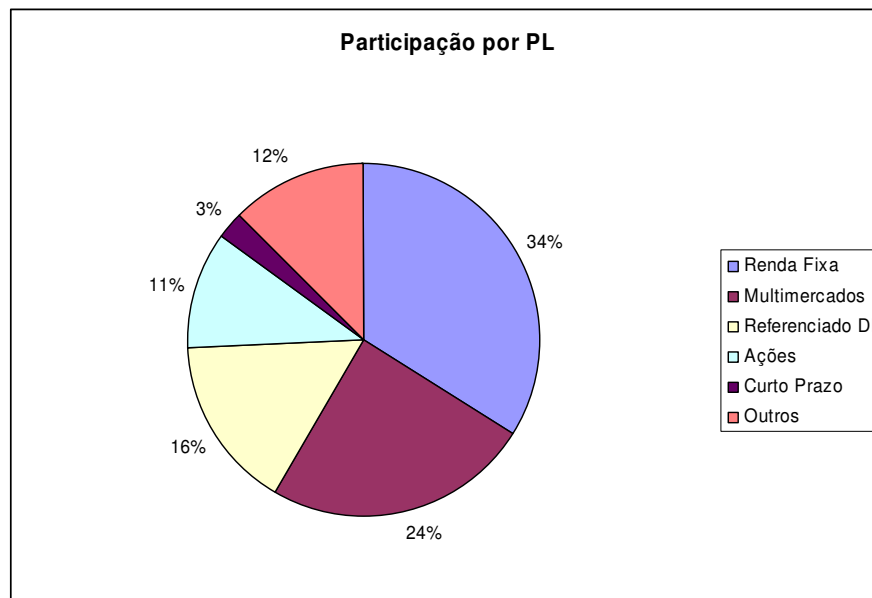


Gráfico 2 - Composição do Mercado Brasileiro de Fundos por Categoria

Fonte: Adaptado de www.anbid.com.br (2007).

O Brasil possui destaque no mercado mundial de fundos de investimento, pois ocupa o 10º lugar considerando o patrimônio líquido total. Estados Unidos, Luxemburgo e França ocupam os primeiros lugares, respectivamente (ANBID, 2007).

Conforme FERON (2006), os fundos de investimento são divididos em três categorias para efeito de IR e sua incidência incentiva o investidor a manter seus recursos aplicados, pois vai diminuindo ao decorrer do tempo.

a) Fundos de Ações: Alíquota única de 15% e independe do prazo da aplicação. O recolhimento é feito no momento do resgate.

b) Fundos de Tributação de Curto Prazo: Fundos com carteira de títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias. Até 180 dias incide 22,50% de IR e acima disso a alíquota é a mesma para qualquer prazo de resgate, 20%.

c) Fundos de Tributação de Longo Prazo: Fundos com carteira de títulos com prazo médio igual ou superior a 365 dias. A alíquota começa em 22,5% até 180 dias de aplicação, decresce para 20% de 181 a 360 dias, continua caindo de 361 a 720 dias para 17,5% e termina em 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Além do recolhimento no momento do resgate, descrito acima, há a incidência de IR no último dia útil dos meses de maio e novembro, no sistema denominado de “come cotas”. Neste procedimento são recolhidas as menores alíquotas de cada tipo de fundo, ou seja, 20% para fundos de tributação de curto prazo e 15% para fundos de tributação de longo prazo. Na ocasião do resgate, é aplicada alíquota complementar conforme o prazo da aplicação. Nos fundos de ações não ocorre o “come cotas”.

Para os resgates efetuados nos primeiros 30 dias a contar da data da aplicação, há a cobrança de IOF.

Além dos impostos, as taxas normalmente cobradas pelo Banco são a taxa de administração e, eventualmente, a taxa de performance - que é uma taxa cobrada nos termos do regulamento, quando o resultado do fundo supera um certo patamar previamente estabelecido. Alguns fundos podem também cobrar taxas de ingresso (devidas quando se faz o investimento) e de saída (devidas quando se realiza o resgate).

No Brasil, conforme o Portal do Investidor (2007), por conta das normas da CVM, todos os custos do fundo devem ser descontados para a divulgação da rentabilidade, facilitando a análise do retorno dos fundos. Os impostos, no entanto, não são deduzidos e devem ser levados em consideração em uma análise de rentabilidade.

Antes de investir em um fundo, recomenda-se a leitura do seu regulamento, onde constam todas as informações referentes à classificação, composição da carteira, custos, impostos e regras de movimentação (valores mínimos e data de resgate).

5.2.3 CDB

De acordo com MACEDO JR. (2007), os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são títulos de renda fixa emitidos pelos bancos, que pagam taxas de juros no vencimento. Ao comprar um CDB, empresta-se dinheiro ao banco que paga determinada taxa de juros. O risco é baixo por se tratar de renda fixa, mas está associado à solidez da instituição. Os bancos utilizam os CDBs para captar recursos, direcionando o montante para a oferta de crédito.

O CDB é uma modalidade de aplicação com prazo, condições de remuneração e liquidez definidas no ato de cada aplicação. Normalmente, quanto maior a quantia investida e maior o prazo de permanência no investimento, maiores as taxas de retorno negociadas.

Os custos envolvem imposto de renda e IOF. A incidência dos impostos ocorre somente no resgate ou no vencimento, conforme as Tabelas Regressivas. Dessa forma, quanto maior for o prazo que o investidor puder permanecer com os seus recursos investidos, maior será também a sua rentabilidade.

A remuneração do CDB pode ser uma taxa de juros pré ou pós-fixada. A rentabilidade dos CDBs pré-fixados é determinada na hora da aplicação. Os CDBs pós-fixados rendem de acordo com o desempenho de indicadores como o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou a Taxa de Referência (TR).

Conforme dados do Banco Central do Brasil, a captação de CDBs no primeiro semestre deste ano somou R\$ 16,831 bilhões, pouco mais da metade dos R\$ 31,176 bilhões aplicados nesses papéis no mesmo período do ano passado (MONTEIRO, 2007).

5.2.4 Tesouro Direto

Conforme MACEDO JR. (2007), é um programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. Ao comprar esses papéis, o governo passa a ser o devedor do investidor e se compromete a pagar o

empréstimo mais os juros decorrentes dele na data de vencimento do título. Antes de ser criado, em 2002, as pessoas físicas compravam títulos públicos apenas indiretamente, por meio dos fundos de investimento.

O órgão responsável pela emissão e controle dos títulos é a Secretaria do Tesouro Nacional (Portal do Investidor, 2007). Os pré-requisitos para investir no Tesouro Direto são viver no Brasil, ter Cadastro de Pessoa Física (CPF) e uma conta corrente. Depois disso, é necessário cadastrar-se em um dos chamados agentes de custódia habilitados pelo Tesouro. Essas instituições podem ser pesquisadas no site www.tesourodireto.gov.br. Entre elas, estão o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

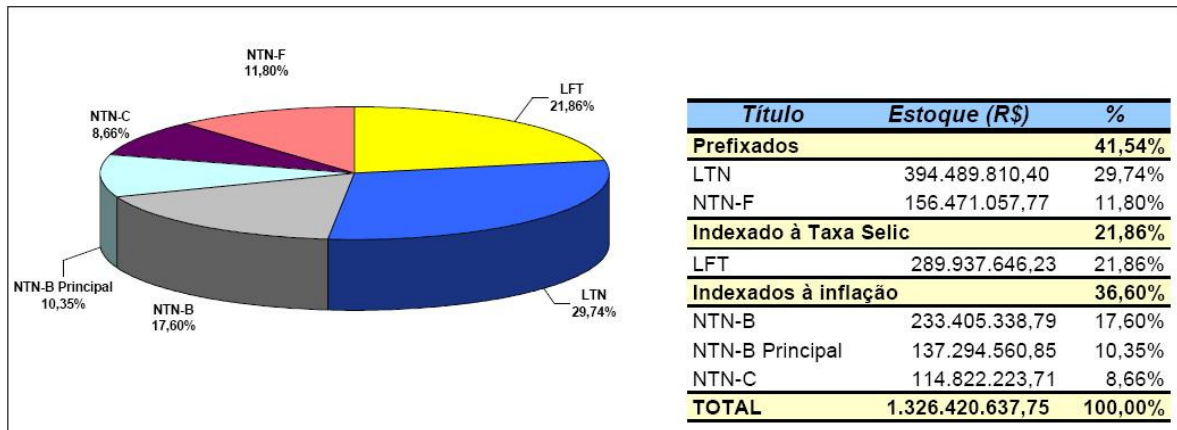
Os títulos podem ser resgatados antes do vencimento sendo vendidos pelo preço de mercado. O imposto de renda é cobrado no momento da venda ou do vencimento do título. Existe ainda uma taxa de custódia que varia de acordo com o agente de custódia. As despesas com Imposto de Renda, IOF e taxas dos Agentes de Custódia não são consideradas nas tabelas de rentabilidade divulgadas.

Pode-se iniciar com apenas R\$100,00 e as transações são feitas pela Internet a partir do link do seu Banco. Ao entrar na página, o sistema apresenta as opções disponíveis para compra com as taxas de juros, os preços e as datas de vencimento. Existem duas grandes categorias de títulos à venda, a dos prefixados e a dos pós-fixados. Os prefixados indicam a taxa de juros exata pela qual o título será remunerado. Já os pós-fixados, são remunerados de acordo com um indexador (por exemplo, Selic) mais uma taxa de juros fixa.

O volume mínimo de compra é de 20% de um título que equivale a aproximadamente R\$ 100,00, explica o site do Tesouro Nacional (2007). Desta forma, para saber o valor mínimo que pode ser investido basta multiplicar o valor de 1 título por 0,2.

Os títulos públicos são considerados de baixíssimo risco pelo mercado financeiro, pois são garantidos pelo governo federal.

Conforme o Balanço do Tesouro Direto de Agosto de 2007, divulgado no site do Tesouro Nacional, o número de investidores alcançou 92.531, representando um incremento de 40,2% nos últimos 12 meses. O estoque total do Tesouro Direto, que representa os títulos públicos em poder dos investidores dessa modalidade, alcançou o valor de R\$ 1,3 bilhão (incremento de 34,1% sobre agosto de 2006), distribuído conforme demonstrado no quadro abaixo.



Quadro 15 - Participação dos Títulos no Estoque (posição 01/09/2007)

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (2007).

5.2.5 Ações

HALFELD (2004) conceitua ações como títulos negociáveis que representam parcela mínima do capital de uma empresa. O mesmo autor define Bolsa de Valores como uma associação, sem fins lucrativos, que reúne corretores, intermediários no processo de comprar e vender ações. Corretoras de Valores, conforme definido no site da Bovespa (2007), são instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Somente as corretoras estão habilitadas a executar operações de compra e venda de ações na BOVESPA.

Na bolsa de valores, os corretores executam ordens de compra e venda dadas por seus clientes, os investidores (LUQUET, 2000).

O investimento em ações é considerado de renda variável, com isso, seu risco é alto. Como o risco está diretamente relacionado à rentabilidade, os ganhos também podem ser elevados. Parte da rentabilidade advém da posse da ação, composta de dividendos ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa, outra parte advém do eventual ganho de capital na venda da ação. Por isso, recomenda-se comprar a ação quando ela está em baixa (preço baixo) e vendê-la quando estiver em alta. A dificuldade está em identificar esses momentos.

A alíquota do imposto de renda sobre os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores é de 15%. Porém, ficam isentos do

imposto os ganhos havidos em vendas mensais iguais ou inferiores a R\$ 20.000,00 por pessoa física em operações no mercado a vista de ações.

Para investir na Bolsa de Valores, o investidor deve procurar uma Corretora e contratar seus serviços, considerando aspectos como solidez e custos. Normalmente, as corretoras cobram taxa para manutenção da conta e taxa de corretagem a cada compra ou venda de título. No site www.bovespa.com.br está disponível uma listagem com as corretoras devidamente cadastradas. Após abrir a conta na corretora, o investidor deve realizar um depósito para poder comprar ações.

Em seguida, escolhe as ações que deseja adquirir e transmite a ordem de compra para a corretora. Não existe um valor mínimo exigido para investir na Bolsa. Isso varia em função do preço das ações que se deseja comprar e da Corretora escolhida.

Existem dois tipos de ações negociadas no mercado. As ações ordinárias, que concedem àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia; e as ações preferenciais, que oferecem preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia, não concedendo o direito de voto, ou restringindo-o. Verifica-se o tipo na notação ON ou PN depois do nome da empresa.

MACEDO JR. (2007) recomenda escolher empresas que participem da lista do Ibovespa ou IBX, pois são empresas de alta liquidez (muito negociadas). Outra estratégia que o autor coloca é selecionar empresas que respeitem o acionista. Um bom indicador para isso são os níveis diferenciados de governança corporativa.

Práticas de governança corporativa incluem transparência, prestação de contas e integridade. A Bolsa de Valores de São Paulo estabeleceu três níveis: nível 1, nível 2 e Novo Mercado. Neste último, as companhias se comprometem a adotar práticas adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Os investimentos podem ser feitos pela Internet através do sistema Home Broker, canal de relacionamento entre corretoras e investidores na rede. “Na prática, funciona como se o corretor de valores (*broker*) estivesse em sua casa (*home*)” (LUQUET, 2000, p. 127). Semelhante aos serviços de Home Banking, oferecidos pela rede bancária, os Home Brokers das Corretoras são interligados ao sistema de negociação da BOVESPA e permitem que o investidor envie, automaticamente,

através da internet, ordens de compra e venda de ações, além de acompanhar cotações.

Quando o investidor compra ações na Bolsa de Valores, ele não sabe de quem está comprando e quem vende não sabe para quem está vendendo. Para viabilizar esse tipo de transação, MACEDO JR. (2007) explica que existe a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). A corretora que vendeu as ações retira as ações de sua conta e as transfere para a CBLC. A corretora que comprou saca o dinheiro do cliente e o transfere também para a CBLC. Dois dias após o negócio, ocorre a liquidação, quando a CBLC transfere o dinheiro para a conta do vendedor, e as ações, para a conta do comprador.

Ganhos a curto prazo não devem ser a expectativa de quem decide investir em ações, afirma o site da BOVESPA (2007). É aconselhável que o investidor não dependa do recurso aplicado em ações para gastos imediatos e que tenha um horizonte de investimento de médio e longo prazos, quando eventuais desvalorizações das ações poderão ser revertidas. Além disso, HALFELD (2004) coloca a importância da diversificação na compra de ações.

De acordo com as estatísticas de setembro de 2007 da BOVESPA, a participação das pessoas físicas como investidores individuais no volume total de negócios (compra e venda) foi de 21,23%, representando um valor de R\$ 38.108.193.954,00. Ao fim de junho do mesmo ano, a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) contabilizava 255.775 contas de investidores pessoa física.

6 SIMULAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE PATRIMÔNIO

Neste capítulo, são apresentadas planilhas com simulações de resultados de investimentos. “Pequenas quantias poupadas na juventude transformam-se facilmente em centenas de milhares de reais ao fim de trinta anos. Você deve colocar a mágica dos juros compostos trabalhando a seu favor o quanto antes”. (HALFELD, 2004, p. 103)

Os valores variam de acordo com duas variáveis: tempo e taxa de juros. Quanto maior o período de tempo e maior a taxa de retorno, melhor o resultado final. Por isso, a importância de se começar a poupar o quanto antes e saber escolher os melhores investimentos. “Quem projeta acumular bens patrimoniais precisa saber (...) que existe um fator limitante a ser levado em conta: é o fator tempo” (FRANKENBERG, 1999, p. 59).

A criação de patrimônio começa com o ato de poupar e se concretiza com o ato de investir corretamente e sistematicamente.

Observe que o Imposto de Renda é bastante inteligente. Imagine as dificuldades que a Receita Federal teria se deixasse para cobrar-nos o Imposto de Renda apenas uma vez no ano. Muitos de nós ficaríamos inadimplentes. Pensando nisso, ela criou a retenção do imposto na fonte. Assim, quando recebemos o nosso salário, ele já vem descontado do Imposto de Renda. Adaptamo-nos a isso, limitando nossos gastos aos vencimentos líquidos. (...) Use a mesma estratégia aplicada pelo Imposto de Renda. Estabeleça um percentual de sua renda mensal e deposite esse valor em um investimento de longo prazo no mesmo dia de seu pagamento. Crie esse saudável hábito imediatamente. (HALFELD, 2004, p. 103)

As planilhas foram elaboradas em Microsoft Excel 2003 e constam em CD anexo. Ressalta-se que os campos em verde podem ser manipulados para simulações diversas e os campos em amarelo são os que possuem as fórmulas e não podem ser alterados. Pode-se alimentar a tabela com diferentes taxas de juros e prazos, bem como diferentes investimentos iniciais ou prestações e idade atual. Os resultados são gerados automaticamente e correspondem às variáveis de suas linhas e colunas correspondentes.

As tabelas 1 e 2 evidenciam o resultado de um aplicação única no valor X aos Y anos, sendo X e Y variáveis inseridas na tabela a critério do usuário para visualização da simulação. De acordo com os dados preenchidos, apresentam-se os

resultados automaticamente nos campos em amarelo. As taxas de juros e as projeções de idade (em campos verdes) também podem ser alteradas, caso necessário. São vários os resultados obtidos, dependendo da taxa de juros e do período de permanência do investimento.

Se na tabela 1, o investimento fosse de R\$ 5.000, mas a idade inicial fosse 30, o resultado aos 40 anos com uma taxa de juros de 15% seria R\$331.058,86. Comparando esse valor com os R\$405.086,65 constantes na planilha, verifica-se a importância do tempo no crescimento do patrimônio. A taxa de juros também é decisiva, basta verificar as diferenças entre os resultados para a taxa de 15% com a taxa de 6%.

A fórmula utilizada nas tabelas 1 e 2 foi:

$$F = P (1+i)^n , \text{ sendo:}$$

F = valor futuro;

P = capital investido;

i = taxa de juros;

n = período.

Tabela 1 - Valor futuro de investimento com parcela única e taxa de retorno anual

Investimento:	2000				
Idade atual:	22				
	Taxa de retorno ao ano				
Idade	15,00%	11,00%	10,00%	8,00%	6,00%
40	24.750,91	13.087,11	11.119,83	7.992,04	5.708,68
45	49.782,92	22.052,53	17.908,60	11.742,93	7.639,50
50	100.131,22	37.159,80	28.841,99	17.254,21	10.223,37
55	201.399,66	62.616,43	46.450,31	25.352,10	13.681,18
60	405.086,65	105.512,32	74.808,69	37.250,55	18.308,50
65	814.773,94	177.794,40	120.480,14	54.733,28	24.500,91
70	1.638.801,42	299.593,91	194.034,47	80.421,15	32.787,74

Leitura da Tabela 1: Aplicando o valor único de R\$ 2.000,00 aos 22 anos de idade em um investimento que dê em média 8,00% ao ano de retorno, aos 70 anos, chega-se ao valor de R\$ 80.421,15.

Tabela 2 - Valor futuro de investimento com parcela única e taxa de retorno mensal

Investimento:	5000				
Idade:	30				
	Taxa de retorno ao mês				
Idade	0,50%	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%
40	9.096,98	16.501,93	29.846,61	53.825,82	96.790,75
45	12.270,47	29.979,01	72.921,84	176.604,16	425.858,95
50	16.551,02	54.462,77	178.164,08	579.443,68	1.873.689,82
55	22.324,85	98.942,33	435.294,00	1.901.172,54	8.243.841,28
60	30.112,88	179.748,21	1.063.518,90	6.237.805,64	36.271.168,37
65	40.617,76	326.547,97	2.598.410,42	20.466.432,35	159.585.514,79
70	54.787,27	593.238,63	6.348.487,72	67.150.994,68	702.142.712,01

Leitura da Tabela 2: Aplicando o valor único de R\$ 5.000,00 aos 30 anos de idade em um investimento que dê em média 1,00% ao mês de retorno, aos 70 anos, chega-se ao valor de R\$ 593.238,63.

Os ganhos podem ser maiores com um investimento contínuo, ou seja, sendo aplicado um valor fixo todos os anos ou todos os meses, conforme as Tabelas 3 e 4. A fórmula utilizada nas Tabelas 3, 4 e 5 (que será apresentada a seguir) foi:

$$FV = PMT \left(\frac{(1+i)^n - 1}{i} \right), \text{ sendo:}$$

FV = valor futuro;

PMT = prestação;

i = taxa de juros;

n = período.

Tabela 3 - Valor futuro de investimento com parcelas fixas anuais e taxa de retorno ao ano

Parcela anual:	1500				
Idade atual:	27				
	Taxa de retorno ao ano				
Idade	15,00%	11,00%	9,00%	7,00%	5,00%
40	51.527,88	39.317,46	34.430,08	30.210,96	26.569,47
45	113.754,54	75.593,90	61.952,01	50.998,55	42.198,58
50	238.914,58	136.721,83	104.297,91	80.154,21	62.145,71
55	490.656,12	239.725,93	169.452,33	121.046,54	87.603,87
60	996.998,29	413.293,83	269.700,47	178.400,14	120.095,66
65	2.015.433,24	705.765,85	423.944,67	258.841,53	161.564,32
70	4.063.869,71	1.198.598,20	661.268,50	371.664,74	214.490,01

Leitura da Tabela 3: Aplicando sistematicamente R\$ 1.500,00 todos os anos a partir dos 27 anos de idade em um investimento com taxa média de retorno de 11,00% ao ano, aos 70 anos, chega-se ao valor de R\$ 1.198.598,20.

Tabela 4 - Valor futuro de investimento com parcelas fixas mensais e taxa de retorno ao mês

Parcela mensal:	200				
Idade:	25				
	Taxa de retorno ao mês				
Idade	0,50%	0,80%	1,00%	1,10%	1,50%
40	58.163,74	79.914,57	99.916,04	112.088,45	181.124,90
45	92.408,18	144.226,24	197.851,07	232.957,47	461.770,87
50	138.598,79	247.960,40	375.769,33	465.972,70	1.147.450,66
55	200.903,01	415.282,65	698.992,83	915.187,08	2.822.717,08
60	284.942,06	685.171,92	1.286.191,89	1.781.197,23	6.915.761,12
65	398.298,15	1.120.500,86	2.352.954,50	3.450.719,89	16.915.967,26
70	551.198,52	1.822.682,51	4.290.938,61	6.669.280,22	41.348.668,66

Leitura da Tabela 4: Aplicando sistematicamente R\$ 200,00 todos os meses a partir dos 25 anos de idade em um investimento com taxa média de retorno de 0,80% ao mês, aos 70 anos, chega-se ao valor de R\$ 1.822.682,51.

A conversão de R\$ 200,00 em R\$ 1 milhão, conforme verificado na Tabela 4, deve-se à “Mágica dos Juros Compostos”. “Mensalmente, os juros são incorporados ao capital e passam a render juros novamente.” (HALFELD, 2004, p. 11).

A simulação também pode ser feita de maneira a estabelecer um valor X almejado. Por exemplo, pretende-se chegar a R\$1 milhão em 20 anos e tem-se um investimento que proporciona uma taxa mensal de 0,8%. Sendo assim, qual o valor que deve ser aplicado mensalmente para chegar ao objetivo? A planilha abaixo faz esse cálculo, conforme os valores digitados nos campos verdes, a critério do usuário.

Tabela 5 - Cálculo do valor que deve ser investido mensalmente conforme objetivo estabelecido

Valor almejado:	1000000
Tempo disponível (em anos):	20
Taxa de juros (ao mês):	0,8000%
Quanto devo investir mensalmente?	1386,71

Leitura da Tabela 5: Pretende-se chegar ao valor de R\$ 1.000.000,00, tendo-se 20 anos para permanência em um investimento de taxa de retorno média de 0,8000%. Nessas circunstâncias, deve-se investir mensalmente R\$ 1.386,71 para alcançar o objetivo.

Verifica-se na Tabela 5 que, quanto maior o tempo disponível para o investimento e maior a taxa de juros, menor será o valor necessário para aplicação mensal.

Todas as tabelas apresentadas (de 1 a 5) apresentam resultados de acordo com os dados inseridos nos campos editáveis que estão com a cor verde. Destaca-se novamente que os campos amarelos possuem as fórmulas e não devem ser alterados. As tabelas encontram-se no CD em anexo.

Para uma simulação mais prática e próxima da realidade do mercado financeiro, as tabelas seguintes (de 6 a 9) foram elaboradas a partir de índices e produtos oferecidos pelas instituições financeiras. As instituições escolhidas para o estudo foram o Banco do Brasil e o Banco Cooperativo Sicredi, devido ao fácil acesso da autora por ser cliente de ambas.

Conforme as opções de investimento conceituadas no capítulo anterior (caderneta de poupança, fundos de investimento, títulos públicos, CDBs e ações), foram escolhidos produtos ou índices que os representassem.

A caderneta de poupança, independente do banco, possui a mesma rentabilidade, por isso, não foi escolhido um produto específico. O CDB está representado pelo índice CDI, pois normalmente é seu ponto de referência. Para as ações, foi utilizado o índice Ibovespa que representa uma média das operações na Bolsa de Valores. Os títulos públicos normalmente trabalham com a taxa SELIC (divulgada pelo Comitê de Política Monetária - COPOM) ou com o IPCA (índice oficial da inflação calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescido de mais uma taxa fixa, por isso, esses dois índices estão presentes nas tabelas de simulações.

Para a seleção dos fundos que foram abordados, foram consideradas as instituições financeiras Banco do Brasil e Banco Sicredi. Segundo dados estatísticos apresentados pela ANBID em julho de 2007, o Banco do Brasil é a Instituição Administradora com o maior patrimônio líquido, somando R\$ 198.087,7 milhões. O Banco Cooperativo Sicredi está na 45ª posição com R\$ 417,6 milhões. Segue abaixo a lista dos fundos que foram selecionados, considerando as categorias mais representativas, para serem incluídos na simulação.

Categoria ANBID	Nome do Produto	Instituição Financeira
<i>Renda Fixa</i>	FI RF Premium LP	Banco Cooperativo Sicredi
<i>Multimercados</i>	BB Mult Mod LP 10mil	Banco do Brasil
<i>Referenciado DI</i>	BB Ref DI Mil	Banco do Brasil
<i>Ações</i>	BB Ações Dividendos	Banco do Brasil
<i>Curto Prazo</i>	FI Invest Plus CP	Banco Cooperativo Sicredi

Quadro 16: Fundos de investimento selecionados

Fonte: Adaptado pela autora.

A seguir, um quadro resumo com as principais características dos fundos de investimento selecionados. Todos os dados constantes no quadro foram retirados dos sites das instituições financeiras respectivas e devem ser cuidadosamente analisados em um momento de escolha de um fundo para investir. Entre eles, está o patrimônio líquido indicando o volume total de recursos do fundo, a movimentação mínima indicando o valor mínimo de aplicação ou resgate e o crédito em conta corrente no resgate indicando quanto tempo demora para o dinheiro (do resgate) ser creditado na conta do aplicador.

	FI RF Premium LP	BB Mult Mod LP 10 mil	BB Ref DI Mil	BB Ações Ibov Indexado	FI Invest Plus CP
<i>Categoria ANBID</i>	Renda fixa alavancado	Multimercado	Referenciado DI	Ações	Curto Prazo
<i>Risco</i>	Médio	Muito alto	Muito baixo	Muito alto	Muito baixo
<i>Aplicação inicial</i>	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
<i>Movimentação mínima</i>	R\$ 500,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 500,00
<i>Taxa de administração</i>	1% a.a.	1,50%	3%	4%	1% a.a.
<i>Imposto de renda</i>	LP	LP	CP	15% exclusivamente no resgate	CP
<i>Resgate (crédito em conta corrente)</i>	D + 1	D + 1	D + 0	D + 4	D + 0
<i>Data de início de funcionamento</i>	27/12/1999	01/09/2003	18/07/2002	04/08/1994	23/12/1996
<i>Patrimônio Líquido*</i>	R\$ 70.880.837,00	R\$ 323 milhões	R\$ 610 milhões	R\$ 206 milhões	R\$ 156.849.769,00
<i>Cota aplicação</i>	D + 0	D + 1	D + 0	D + 1	D + 0
<i>Cota resgate</i>	D + 0	D + 1	D + 0	D + 1	D + 0
<i>Rentabilidade mês Setembro</i>	0,7743%	0,859%	0,569%	11,921%	0,7256%
<i>Rentabilidade Acumulado 2007</i>	8,4125%	8,015%	7,123%	36,608%	8,1227%
<i>Rentabilidade Últimos 12 meses</i>	11,8262%	11,752%	9,096%	60,796%	11,2179%
<i>Rentabilidade 2006</i>	14,7480%	**	**	**	13,8492%
<i>Rentabilidade Últimos 24 meses</i>	**	30,058%	23,329%	79,476%	**
<i>Rentabilidade Últimos 36 meses</i>	**	53,023%	42,189%	135,670%	**

*Patrimônio líquido médio dos últimos 12 meses (dados de setembro de 2007).

**Informação não disponível no site da Instituição Bancária.

Quadro 17: Principais características dos fundos selecionados para serem incluídos nas tabelas de simulações

Fonte: Adaptado pela autora.

Determinados os produtos e os índices que serão utilizados, seguem as simulações feitas (Tabelas 6, 7, 8 e 9) a partir das rentabilidades apresentadas nos sites das instituições pesquisadas. A taxa de juros de periodicidade mensal considerada foi a do mês de setembro de 2007, sendo adotada como taxa média do período da simulação. A taxa de juros de periodicidade anual aplicada foi a rentabilidade dos últimos 12 meses, sendo setembro de 2007 o último mês considerado.

Da mesma forma que nas tabelas anteriores, destaca-se o fato dos campos em verde serem editáveis no Excel, possibilitando outras simulações de acordo com a intenção do leitor, objetivo deste capítulo. Os arquivos para manipulação encontram-se no CD em anexo.

Tabela 6 - Valor futuro de investimento com parcela única e taxa de retorno mensal (Período em anos x Taxa de juros a.m.)

Investimento único:		1000								
Poupança	CDI	Ibovespa Médio	FI RF Premium LP	BB Mult Mod LP 10 mil	BB Ref DI Mil	BB Ações Ibov Indexado	FI Invest Plus CP	SELIC	IPCA	
0,5354%	0,8016%	11,2299%	0,7743%	0,8590%	0,5690%	11,9210%	0,7256%	0,8000%	0,1800%	
1	1.066,17	1.100,55	3.586,40	1.096,98	1.108,09	1.070,46	3.863,13	1.090,63	1.100,34	1.021,82
2	1.136,73	1.211,21	12.862,26	1.203,36	1.227,87	1.145,88	14.923,75	1.189,48	1.210,75	1.044,11
3	1.211,95	1.332,99	46.129,17	1.320,06	1.360,59	1.226,62	57.652,34	1.297,28	1.332,23	1.066,88
4	1.292,15	1.467,02	165.437,61	1.448,07	1.507,66	1.313,04	222.718,31	1.414,86	1.465,90	1.090,16
5	1.377,66	1.614,53	593.325,22	1.588,50	1.670,63	1.405,56	860.389,12	1.543,09	1.612,99	1.113,94
6	1.468,82	1.776,87	2.127.900,75	1.742,55	1.851,21	1.504,59	3.323.792,43	1.682,95	1.774,84	1.138,24
7	1.566,02	1.955,53	7.631.500,36	1.911,54	2.051,31	1.610,60	12.840.232,18	1.835,48	1.952,92	1.163,07
8	1.669,65	2.152,15	27.369.602,52	2.096,91	2.273,04	1.724,08	49.603.447,24	2.001,83	2.148,87	1.188,44
9	1.780,14	2.368,55	98.158.305,28	2.300,26	2.518,74	1.845,55	191.624.414,85	2.183,26	2.364,49	1.214,37
10	1.897,93	2.606,70	352.034.812,66	2.523,33	2.790,99	1.975,59	740.269.445,12	2.381,13	2.601,74	1.240,86
11	2.023,53	2.868,80	1.262.537.173,71	2.768,04	3.092,68	2.114,78	2.859.754.858,54	2.596,94	2.862,79	1.267,93
12	2.157,43	3.157,25	4.527.961.604,00	3.036,48	3.426,97	2.263,78	11.047.596.121,73	2.832,31	3.150,04	1.295,59
13	2.300,20	3.474,71	16.239.075.343,11	3.330,94	3.797,40	2.423,29	42.678.266.532,04	3.089,01	3.466,12	1.323,85
14	2.452,41	3.824,08	58.239.797.741,72	3.653,97	4.207,87	2.594,02	164.871.562.474,74	3.368,97	3.813,90	1.352,73
15	2.614,70	4.208,59	208.871.131.473,34	4.008,32	4.662,71	2.776,79	636.919.779.589,81	3.674,31	4.196,58	1.382,24
16	2.787,73	4.631,76	749.095.142.061,19	4.397,03	5.166,71	2.972,44	2.460.501.978.289,25	4.007,32	4.617,66	1.412,40
17	2.972,20	5.097,47	2.686.553.799.471,86	4.823,44	5.725,19	3.181,87	9.505.231.552.181,22	4.370,51	5.080,99	1.443,21
18	3.168,88	5.610,01	9.635.052.895.413,27	5.291,21	6.344,04	3.406,06	36.719.916.365.765,30	4.766,62	5.590,81	1.474,69
19	3.378,58	6.174,09	34.555.140.610.123,50	5.804,33	7.029,78	3.646,05	141.853.699.250.429,00	5.198,63	6.151,79	1.506,86
20	3.602,16	6.794,89	123.928.509.323.891,00	6.367,22	7.789,65	3.902,94	547.998.851.375.152,00	5.669,79	6.769,05	1.539,74
21	3.840,52	7.478,10	444.457.037.421.005,00	6.984,69	8.631,65	4.177,93	2.116.989.142.301.680,00	6.183,66	7.448,25	1.573,33
22	4.094,67	8.230,01	1.594.000.114.991.900,00	7.662,04	9.564,66	4.472,30	8.178.197.850.920.590,00	6.744,10	8.195,59	1.607,65
23	4.365,63	9.057,52	5.716.719.846.169.090,00	8.405,08	10.598,53	4.787,41	31.593.416.684.265.200,00	7.355,33	9.017,93	1.642,72
24	4.654,52	9.968,24	20.502.436.287.308.400,00	9.220,18	11.744,15	5.124,72	122.049.380.068.892.000,00	8.021,96	9.922,78	1.678,56
25	4.962,53	10.970,53	73.529.909.638.098.800,00	10.114,33	13.013,60	5.485,79	471.492.251.821.555.000,00	8.749,01	10.918,42	1.715,17
26	5.290,92	12.073,60	263.707.567.999.314.000,00	11.095,18	14.420,27	5.872,31	1.821.434.434.179.660.000,00	9.541,95	12.013,96	1.752,59
27	5.641,04	13.287,58	945.760.463.495.529.000,00	12.171,16	15.978,98	6.286,06	7.036.432.486.850.280.000,00	10.406,76	13.219,42	1.790,82
28	6.014,33	14.623,62	3.391.874.040.996.830.000,00	13.351,48	17.706,19	6.728,97	27.182.632.112.860.500.000,00	11.349,95	14.545,84	1.829,89
29	6.412,33	16.094,00	12.164.612.451.091.900.000,00	14.646,27	19.620,09	7.203,07	105.009.959.232.035.000.000,00	12.378,62	16.005,35	1.869,81
30	6.836,66	17.712,23	43.627.149.562.951.100.000,00	16.066,62	21.740,87	7.710,59	405.666.805.632.726.000.000,00	13.500,53	17.611,31	1.910,60
35	9.418,56	28.596,89	25.885.087.964.284.800.000.000,00	25.521,83	36.320,88	10.837,66	349.031.307.633.328.000.000.000,00	20.832,55	28.406,88	2.128,29
40	12.975,52	46.170,47	15.358.275.423.241.700.000.000.000,00	40.541,45	60.678,63	15.232,92	300.302.741.108.486.000.000.000.000,00	32.146,54	45.820,03	2.370,79

Taxas de juros a.m. (rentabilidade de setembro de 2007). Período em anos.

Leitura da Tabela: Aplicando o valor único de R\$ 1.000,00 na poupança, por exemplo, com rentabilidade de 0,5354% ao mês (considerada taxa média do período), ao final de 40 anos, tem-se R\$ 12.975,52.

Tabela 7 - Valor futuro de investimento com parcela única e taxa de retorno anual (Período em anos x Taxa de juros a.a.)

Investimento único:		10000								
	Poupança	CDI	Ibovespa Médio	FI RF Premium LP	BB Mult Mod LP 10 mil	BB Ref DI Mil	BB Ações Ibov Indexado	FI Invest Plus CP	SELIC	IPCA
	7,9510%	12,3704%	65,7907%	11,8262%	11,7520%	9,0960%	60,7960%	11,2179%	11,2500%	4,1500%
1	10.795,10	11.237,04	16.579,07	11.182,62	11.175,20	10.909,60	16.079,60	11.121,79	11.125,00	10.415,00
2	11.653,42	12.627,11	27.486,56	12.505,10	12.488,51	11.901,94	25.855,35	12.369,42	12.376,56	10.847,22
3	12.579,98	14.189,13	45.570,15	13.983,98	13.956,16	12.984,54	41.574,37	13.757,01	13.768,93	11.297,38
4	13.580,22	15.944,38	75.551,08	15.637,75	15.596,29	14.165,61	66.849,93	15.300,26	15.317,93	11.766,22
5	14.659,98	17.916,77	125.256,66	17.487,10	17.429,16	15.454,11	107.492,02	17.016,63	17.041,20	12.254,52
6	15.825,59	20.133,14	207.663,89	19.555,16	19.477,44	16.859,82	172.842,86	18.925,53	18.958,33	12.763,08
7	17.083,89	22.623,69	344.287,42	21.867,79	21.766,43	18.393,39	277.924,41	21.048,58	21.091,14	13.292,75
8	18.442,23	25.422,33	570.796,53	24.453,92	24.324,42	20.066,45	446.891,33	23.409,79	23.463,90	13.844,40
9	19.908,57	28.567,18	946.327,56	27.345,89	27.183,02	21.891,70	718.583,38	26.035,88	26.103,59	14.418,94
10	21.491,50	32.101,05	1.568.923,08	30.579,87	30.377,57	23.882,97	1.155.453,33	28.956,56	29.040,24	15.017,33
11	23.200,29	36.072,08	2.601.128,56	34.196,31	33.947,54	26.055,36	1.857.922,74	32.204,87	32.307,27	15.640,55
12	25.044,94	40.534,34	4.312.429,25	38.240,43	37.937,06	28.425,36	2.987.465,45	35.817,58	35.941,83	16.289,63
13	27.036,27	45.548,60	7.149.606,63	42.762,82	42.395,42	31.010,93	4.803.724,94	39.835,56	39.985,29	16.965,65
14	29.185,92	51.183,15	11.853.382,89	47.820,04	47.377,73	33.831,68	7.724.197,56	44.304,28	44.483,64	17.669,73
15	31.506,49	57.514,71	19.651.806,46	53.475,33	52.945,56	36.909,01	12.420.200,71	49.274,29	49.488,04	18.403,02
16	34.011,57	64.629,50	32.580.867,49	59.799,43	59.167,72	40.266,26	19.971.185,93	54.801,83	55.055,45	19.166,75
17	36.715,83	72.624,43	54.016.048,29	66.871,44	66.121,12	43.928,87	32.112.868,13	60.949,44	61.249,19	19.962,17
18	39.635,11	81.608,37	89.553.584,57	74.779,78	73.891,67	47.924,64	51.636.207,43	67.786,69	68.139,72	20.790,60
19	42.786,50	91.703,65	148.471.514,73	83.623,39	82.575,42	52.283,87	83.028.956,11	75.390,93	75.805,44	21.653,41
20	46.188,45	103.047,76	246.151.963,56	93.512,86	92.279,68	57.039,61	133.507.240,26	83.848,21	84.333,55	22.552,02
21	49.860,89	115.795,17	408.097.063,46	104.571,88	103.124,39	62.227,93	214.674.302,05	93.254,22	93.821,08	23.487,93
22	53.825,33	130.119,50	676.586.978,18	116.938,76	115.243,57	67.888,19	345.187.690,72	103.715,39	104.375,95	24.462,68
23	58.104,99	146.215,80	1.121.718.287,24	130.768,17	128.786,99	74.063,30	555.047.999,17	115.350,08	116.118,24	25.477,88
24	62.724,91	164.303,28	1.859.704.600,44	146.233,08	143.922,04	80.800,09	892.494.980,75	128.289,93	129.181,54	26.535,21
25	67.712,17	184.628,26	3.083.217.275,01	163.526,89	160.835,76	88.149,67	1.435.096.229,24	142.681,37	143.714,47	27.636,42
26	73.095,97	207.467,51	5.111.687.502,75	182.865,91	179.737,18	96.167,76	2.307.577.332,77	158.687,22	159.882,35	28.783,34
27	78.907,83	233.132,07	8.474.702.492,63	204.492,00	200.859,89	104.915,18	3.710.492.048,00	176.488,59	177.869,11	29.977,84
28	85.181,79	261.971,44	14.050.268.585,45	228.675,63	224.464,94	114.458,27	5.966.322.793,50	196.286,91	197.879,38	31.221,93
29	91.954,59	294.378,36	23.294.038.639,69	255.719,27	250.844,06	124.869,39	9.593.608.399,03	218.306,18	220.140,81	32.517,64
30	99.265,90	330.794,14	38.619.349.719,02	285.961,14	280.323,26	136.227,51	15.426.138.561,31	242.795,55	244.906,66	33.867,12
35	145.523,60	592.676,13	483.733.074.801,43	500.063,15	488.579,96	210.527,56	165.818.671.991,66	413.156,10	417.350,26	41.502,53
40	213.337,30	1.061.883,99	6.059.078.916.639,72	874.465,52	851.553,96	325.351,71	1.782.418.320.164,64	703.052,28	711.214,80	50.859,37

Taxas de juros a.a. (rentabilidade dos últimos 12 meses, sendo setembro de 2007 o último mês considerado). Período em anos.

Leitura da Tabela: Aplicando o valor único de R\$ 10.000,00 na poupança, por exemplo, com rentabilidade de 7,9510% ao ano (considerada taxa média do período), ao final de 40 anos, tem-se R\$ 213.337,30.

Tabela 8 - Valor futuro de investimento com parcelas fixas mensais e taxa de retorno ao mês (Período em anos x Taxa de juros a.m.)

Parcela mensal:		200									
	Poupança	CDI	Ibovespa Médio	FI RF Premium LP	BB Mult Mod LP 10 mil	BB Ref DI Mil	BB Ações Ibov Indexado	FI Invest Plus CP	SELIC	IPCA	
	0,5354%	0,8016%	11,2299%	0,7743%	0,8590%	0,5690%	11,9210%	0,7256%	0,8000%	0,1800%	
1	2.471,95	2.508,69	4.606,27	2.504,89	2.516,70	2.476,55	4.803,50	2.498,13	2.508,47	2.423,90	
2	5.107,48	5.269,62	21.126,20	5.252,70	5.305,43	5.127,59	23.360,04	5.222,68	5.268,63	4.900,68	
3	7.917,41	8.308,17	80.373,24	8.266,98	8.395,61	7.965,42	95.046,29	8.194,16	8.305,75	7.431,50	
4	10.913,29	11.652,23	292.856,76	11.573,58	11.819,80	11.003,20	371.979,39	11.434,95	11.647,60	10.017,52	
5	14.107,41	15.332,53	1.054.907,38	15.200,84	15.614,13	14.255,02	1.441.807,10	14.969,46	15.324,77	12.659,95	
6	17.512,91	19.382,88	3.787.924,65	19.179,87	19.818,59	17.735,94	5.574.687,41	18.824,31	19.370,91	15.360,04	
7	21.143,76	23.840,49	13.589.614,08	23.544,76	24.477,53	21.462,13	21.540.528,78	23.028,53	23.823,03	18.119,02	
8	25.014,88	28.746,30	48.742.379,75	28.332,95	29.640,06	25.450,86	83.218.601,19	27.613,79	28.721,87	20.938,19	
9	29.142,16	34.145,38	174.814.210,78	33.585,49	35.360,61	29.720,62	321.488.826,19	32.614,63	34.112,25	23.818,87	
10	33.542,57	40.087,33	626.958.054,23	39.347,40	41.699,52	34.291,23	1.241.956.958,51	38.068,70	40.043,49	26.762,38	
11	38.234,16	46.626,73	2.248.526.119,92	45.668,08	48.723,61	39.183,87	4.797.842.225,54	44.017,09	46.569,87	29.770,11	
12	43.236,23	53.823,66	8.064.115.627,03	52.601,72	56.506,95	44.421,23	18.534.678.503,03	50.504,60	53.751,10	32.843,45	
13	48.569,29	61.744,23	28.921.137.931,97	60.207,76	65.131,61	50.027,60	71.601.821.209,69	57.580,08	61.652,88	35.983,84	
14	54.255,27	70.461,20	103.722.734.381,83	68.551,41	74.688,52	56.028,99	276.606.931.423,09	65.296,83	70.347,52	39.192,73	
15	60.317,51	80.054,64	371.991.078.234,60	77.704,21	85.278,47	62.453,23	1.068.567.701.685,77	73.712,96	79.914,57	42.471,63	
16	66.780,92	90.612,69	1.334.108.302.052,89	87.744,62	97.013,10	69.330,10	4.128.012.712.506,09	82.891,87	90.441,56	45.822,06	
17	73.672,03	102.232,33	4.784.644.206.042,54	98.758,71	110.016,16	76.691,50	15.947.037.247.179,30	92.902,69	102.024,81	49.245,57	
18	81.019,16	115.020,31	17.159.641.482.850,70	110.840,91	124.424,74	84.571,58	61.605.429.686.713,10	103.820,80	114.770,32	52.743,78	
19	88.852,48	129.094,09	61.541.314.898.838,80	124.094,81	140.390,79	93.006,86	237.989.596.928.829,00	115.728,46	128.794,69	56.318,29	
20	97.204,16	144.582,97	220.711.688.123.476,00	138.634,04	158.082,63	102.036,48	919.384.030.490.986,00	128.715,33	144.226,24	59.970,79	
21	106.108,51	161.629,24	791.560.098.344.607,00	154.583,23	177.686,83	111.702,30	3.551.697.244.024.300,00	142.879,23	161.206,18	63.702,96	
22	115.602,09	180.389,47	2.838.850.060.981.660,00	172.079,12	199.410,09	122.049,16	13.720.657.412.833.800,00	158.326,84	179.889,87	67.516,55	
23	125.723,90	201.036,02	10.181.248.000.726.800,00	191.271,71	223.481,46	133.125,03	53.004.641.698.287.300,00	175.174,50	200.448,25	71.413,34	
24	136.515,52	223.758,54	36.514.013.993.548.200,00	212.325,54	250.154,76	144.981,29	204.763.660.882.294.000,00	193.549,10	223.069,43	75.395,13	
25	148.021,25	248.765,77	130.953.810.164.111.000,00	235.421,11	279.711,23	157.672,92	791.028.020.839.786.000,00	213.589,03	247.960,40	79.463,79	
26	160.288,38	276.287,43	469.652.566.807.029.000,00	260.756,41	312.462,53	171.258,77	3.055.841.681.368.440.000,00	235.445,23	275.348,89	83.621,20	
27	173.367,26	306.576,35	1.684.361.327.341.340.000,00	288.548,65	348.753,99	185.801,85	11.805.104.415.485.700.000,00	259.282,31	305.485,50	87.869,31	
28	187.311,63	339.910,77	6.040.791.175.338.740.000,00	319.036,09	388.968,27	201.369,60	45.604.617.251.674.400.000,00	285.279,80	338.645,99	92.210,10	
29	202.178,76	376.596,92	21.664.685.261.831.200.000,00	352.480,11	433.529,40	218.034,22	176.176.426.863.577.000.000,00	313.633,50	375.133,75	96.645,58	
30	218.029,70	416.971,79	77.698.197.780.837.000.000,00	389.167,44	482.907,24	235.873,00	680.591.906.103.055.000.000,00	344.556,96	415.282,65	101.177,81	
35	314.477,21	688.545,09	46.100.300.028.112.100.000.000,00	633.393,58	822.371,96	345.787,54	585.573.874.059.774.000.000.000,00	546.652,50	685.171,92	125.365,93	

Taxas de juros a.m. (rentabilidade de setembro de 2007). Período em anos.

Leitura da Tabela: Aplicando todos os meses o valor de R\$ 200,00 na poupança com rentabilidade de 0,5354% ao mês (considerada taxa média do período), tem-se ao final de 35 anos R\$ 314.477,21.

Tabela 9 - Valor futuro de investimento com parcelas fixas anuais e taxa de retorno ao ano (Período em anos x Taxa de juros a.a.)

Parcela ANUAL:		1000									
	Poupança	CDI	Ibovespa Médio	FI RF Premium LP	BB Mult Mod LP 10 mil	BB Ref DI Mil	BB Ações Ibov Indexado	FI Invest Plus CP	SELIC	IPCA	
	7,9510%	12,3704%	65,7907%	11,8262%	11,7520%	9,0960%	60,7960%	11,2179%	11,2500%	4,1500%	
1	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
2	2.079,51	2.123,70	2.657,91	2.118,26	2.117,52	2.090,96	2.607,96	2.112,18	2.112,50	2.041,50	
3	3.244,85	3.386,41	5.406,56	3.368,77	3.366,37	3.281,15	5.193,50	3.349,12	3.350,16	3.126,22	
4	4.502,85	4.805,33	9.963,58	4.767,17	4.761,99	4.579,61	9.350,93	4.724,82	4.727,05	4.255,96	
5	5.860,87	6.399,77	17.518,69	6.330,94	6.321,62	5.996,17	16.035,93	6.254,85	6.258,84	5.432,58	
6	7.326,87	8.191,44	30.044,35	8.079,65	8.064,53	7.541,58	26.785,13	7.956,51	7.962,96	6.658,04	
7	8.909,43	10.204,76	50.810,74	10.035,17	10.012,28	9.227,56	44.069,41	9.849,06	9.858,79	7.934,34	
8	10.617,82	12.467,13	85.239,48	12.221,95	12.188,92	11.066,90	71.861,85	11.953,92	11.967,91	9.263,62	
9	12.462,04	15.009,36	142.319,14	14.667,34	14.621,36	13.073,55	116.550,99	14.294,90	14.314,30	10.648,06	
10	14.452,90	17.866,08	236.951,89	17.401,93	17.339,66	15.262,72	188.409,32	16.898,49	16.924,66	12.089,95	
11	16.602,05	21.076,18	393.844,20	20.459,92	20.377,42	17.651,01	303.954,66	19.794,14	19.828,68	13.591,69	
12	18.922,08	24.683,39	653.957,06	23.879,55	23.772,17	20.256,55	489.746,93	23.014,63	23.059,41	15.155,74	
13	21.426,57	28.736,82	1.085.199,98	27.703,59	27.565,88	23.099,08	788.493,48	26.596,39	26.653,59	16.784,70	
14	24.130,20	33.291,68	1.800.160,64	31.979,88	31.805,42	26.200,18	1.268.865,97	30.579,95	30.652,12	18.481,27	
15	27.048,79	38.410,00	2.985.498,93	36.761,88	36.543,19	29.583,35	2.041.285,73	35.010,37	35.100,48	20.248,24	
16	30.199,44	44.161,47	4.950.679,58	42.109,41	41.837,75	33.274,25	3.283.305,80	39.937,80	40.049,29	22.088,54	
17	33.600,59	50.624,42	8.208.766,33	48.089,36	47.754,52	37.300,87	5.280.424,39	45.417,99	45.554,83	24.005,22	
18	37.272,18	57.886,86	13.610.371,16	54.776,50	54.366,63	41.693,76	8.491.711,20	51.512,93	51.679,75	26.001,44	
19	41.235,69	66.047,70	22.565.729,61	62.254,48	61.755,80	46.486,22	13.655.331,95	58.291,60	58.493,72	28.080,50	
20	45.514,34	75.218,07	37.412.881,09	70.616,82	70.013,34	51.714,61	21.958.227,56	65.830,69	66.074,27	30.245,84	
21	50.133,18	85.522,84	62.028.077,44	79.968,10	79.241,31	57.418,57	35.308.951,58	74.215,51	74.507,62	32.501,04	
22	55.119,27	97.102,36	102.837.783,79	90.425,29	89.553,75	63.641,37	56.776.381,79	83.540,94	83.889,73	34.849,83	
23	60.501,81	110.114,31	170.496.481,61	102.119,17	101.078,11	70.430,18	91.295.150,86	93.912,47	94.327,33	37.296,10	
24	66.312,31	124.735,89	282.668.310,33	115.195,98	113.956,81	77.836,51	146.799.950,78	105.447,48	105.939,15	39.843,89	
25	72.584,80	141.166,22	468.638.770,37	129.819,29	128.349,01	85.916,52	236.049.448,85	118.276,48	118.857,30	42.497,41	
26	79.356,01	159.629,04	776.960.497,88	146.171,98	144.432,59	94.731,49	379.559.071,78	132.544,61	133.228,75	45.261,05	
27	86.665,61	180.375,79	1.288.129.248,15	164.458,57	162.406,30	104.348,27	610.316.805,05	148.413,33	149.216,99	48.139,38	
28	94.556,39	203.689,00	2.135.599.497,41	184.907,77	182.492,29	114.839,78	981.366.009,85	166.062,19	167.003,90	51.137,17	
29	103.074,57	229.886,15	3.540.626.355,96	207.775,34	204.938,79	126.285,61	1.577.998.289,20	185.690,88	186.791,84	54.259,36	
30	112.270,03	259.323,98	5.870.030.219,93	233.347,26	230.023,19	138.772,55	2.537.359.129,11	207.521,50	208.805,92	57.511,13	
35	170.448,50	471.024,49	73.526.055.324,15	414.387,67	407.232,78	220.456,86	27.274.600.630,25	359.386,43	362.089,12	75.909,72	
40	255.738,02	850.323,34	920.962.827.062,14	730.974,89	716.094,25	346.692,74	293.180.194.447,77	617.809,29	623.302,05	98.456,31	

Taxas de juros a.a. (rentabilidade dos últimos 12 meses, sendo setembro de 2007 o último mês considerado). Período em anos.

Leitura da Tabela: Aplicando todos os meses o valor de R\$ 1000,00 na poupança com rentabilidade de 7,9510% ao ano (considerada taxa média do período), tem-se ao final de 40 anos R\$ 255.738,02.

É importante destacar o alto retorno do Fundo de Ações e do índice Ibovespa nas simulações propostas. Como produtos de renda variável, seus retornos devem sofrer flutuações no decorrer dos anos, realidade que não pôde ser replicada nas tabelas, ocasionando um retorno distorcido, mais alto do que o esperado.

Outro fator limitante das tabelas é a questão de não estarem considerando o imposto de renda e a inflação. Ou seja, a desvalorização do dinheiro no tempo, devido à inflação, não está sendo prevista nas rentabilidades apresentadas, bem como as perdas em razão de impostos.

As tabelas evidenciam diferentes resultados de acordo com o produto simulado, devido às diferentes taxas de juros e ao prazo de permanência dos recursos. Com isso, verifica-se a importância da ação de poupar sistematicamente e da decisão do investimento, escolhendo um produto com boa rentabilidade, considerando seus custos. As tabelas auxiliam na visualização de retornos de esforços de poupança. Essas estimativas motivam e indicam onde se pode chegar.

7 CONTROLE

De nada adianta um bom planejamento financeiro sem controle, pois o comportamento do indivíduo, os rendimentos dos investimentos, o fluxo de caixa e o planejamento devem ser continuamente monitorados e avaliados, pois são dinâmicos. Todas essas variáveis estão interligadas na gestão.

De acordo com STONER (1985), o processo de controle é em círculo. As etapas são: estabelecer padrões e métodos para medir o desempenho, medir o desempenho, verificar se o desempenho está de acordo com os padrões - se sim, não fazer nada; se não, iniciar ações corretivas. Depois, novamente, mede-se o desempenho e as etapas se repetem num processo contínuo.

O controle é necessário para verificar o progresso, corrigir erros e monitorar mudanças ambientais (STONER, 1985). Para a maximização do patrimônio no controle, faz-se relevante os conhecimentos financeiros de IOF, imposto de renda e rentabilidade de investimentos, já mencionados no trabalho, além de CPMF, conta investimento e fundo garantidor de crédito, que são comentados a seguir.

Conforme GALLAGHER (2004), a **CPMF** - Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - é um tributo cobrado sobre o débito em conta corrente. Quando efetua-se um débito na conta, há incidência de CPMF. Atualmente sua alíquota é de 0,38%. Ressalta-se, porém, que não há cobrança quando o dinheiro é transferido para outra conta corrente de mesma titularidade, ou seja, com o mesmo CPF. “Também não incide quando você faz um resgate numa poupança, fundo, CDB ou outro investimento qualquer. Nesse caso você estará recebendo um crédito na sua conta e não um débito” (p. 127). O custo da CPMF deve ser considerado e, quando possível, evitado. Por exemplo, trocar de investimento com muita frequência, movimentando pela conta corrente, não é interessante devido ao custo deste tributo.

Para reduzir o efeito da CPMF, exclusivamente para transações com finalidade de aplicações financeiras, foi criada a **Conta Investimento** pela Lei 10.892 de 2004 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007). A Conta Investimento é uma modalidade de conta bancária que começou a vigorar em 1º de outubro de 2004 para dinamizar o mercado de aplicações financeiras. Utilizada exclusivamente para este fim, ela possibilita a isenção de CPMF ao movimentar recursos entre

Fundos de Renda Fixa e Variável, CDBs, títulos públicos e depósitos na Poupança Integrada, inclusive entre diferentes instituições financeiras.

Os investidores podem realizar transferências entre suas aplicações financeiras sem pagar CPMF. Mas, para isso, devem ser titulares de uma Conta Investimento, que normalmente é aberta automaticamente pelos bancos para os clientes que possuem aplicações financeiras.

A vantagem desta conta é funcionar como uma intermediária nas movimentações entre diferentes produtos de investimento, independente da instituição financeira, sem a necessidade do uso da conta corrente e a cobrança de CPMF, reduzindo os custos das operações e aumentando a concorrência entre os bancos.

Por exemplo, quando vencer o prazo de uma primeira aplicação efetuada a partir de 1º de outubro de 2004 (data expressa na Lei), os recursos deverão retornar à Conta Investimento, possibilitando que sejam novamente aplicados, na mesma ou em outra modalidade de investimento, sem que seja necessário o retorno do dinheiro para a conta corrente. Dessa forma, haverá cobrança da CPMF somente quando da realização da primeira aplicação, podendo o investidor, a partir da segunda, migrar entre os vários tipos de investimentos e também transferir suas aplicações para qualquer outra instituição financeira, sem que haja novo pagamento daquela contribuição.

Conforme informações do site do BACEN - Banco Central do Brasil - (2007), o **Fundo Garantidor de Créditos** (FGC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação. São as instituições financeiras que contribuem com uma porcentagem dos depósitos para a manutenção do FGC.

O valor máximo garantido pelo FGC, por instituição, é de R\$ 60.000,00 por depositante ou aplicador, independentemente do valor total e da distribuição em diferentes formas de depósito e aplicação.

É importante observar que o dinheiro aplicado em fundos de investimento não possui a garantia do FGC, pois o patrimônio dos bancos não se confunde com o patrimônio dos fundos que eles administram. Quando o banco enfrenta problemas, os aplicadores dos fundos podem fazer assembleias e mudar a administração do fundo para outra instituição.

Na administração das finanças pessoais, as informações sobre custos financeiros e garantias devem ser consideradas para o controle do patrimônio.

7.1 SOFTWARES PARA CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS

A administração financeira pessoal facilita a ação do controle, tendo em vista que dinheiro é fácil de ser medido. Existem no mercado diversos softwares específicos de controles financeiros pessoais, incluindo controles das despesas, dos investimentos e do fluxo de caixa e apresentando relatórios sobre os dados inseridos. Alternativamente, esse monitoramento pode ser feito através da criação de uma planilha eletrônica, conforme exemplos apresentados em capítulos anteriores. Porém, a presente seção examinará opções prontas, disponíveis gratuitamente, para o controle das finanças pessoais. Os critérios utilizados para seleção, além da relevância das informações constantes no programa, foram principalmente a facilidade de navegação e a simplicidade de utilização, pois a grande maioria apresentou pouca usabilidade, ou seja, apresentaram dificuldades na sua operacionalização.

Os produtos selecionados foram o **Controle Financeiro Pessoal**, um programa no formato de uma planilha do Microsoft Excel 2007, o **Debit Caixa**, um fluxo de caixa online acessado pela web e o **Hábil Pessoal**, um software de controle de contas bancárias, entradas e saídas e cartões de crédito com recursos de relatórios e gráficos. Com exceção do Debit Caixa, por ser um programa online, os arquivos executáveis dos softwares citados encontram-se no CD anexo.

No mercado de softwares de finanças pessoais, existem outras opções que não foram objeto deste estudo por sua complexidade e custo de aquisição, mas que merecem ser citadas, como o **Money** da Microsoft Corp. e o **Quicken**, software da Intuit Inc., líder de mercado nos Estados Unidos (PEREIRA, 2003).

Para a descrição dos programas, foram utilizadas figuras das telas dos sistemas. Ressalta-se que os softwares não foram apresentados em sua totalidade, com comentários de todas as suas ferramentas, pois o objetivo é a apresentação dessas opções e não a sua análise pormenorizada, até por questões de foco e limitações de tamanho deste trabalho.

7.1.1 Controle Financeiro pessoal

De acordo com a Revista Info Online (2007), revista de tecnologia, computação e internet da Editora Abril, em primeiro lugar na categoria “Mais populares”, onde constam softwares das categorias mais variadas, com 23.176 downloads até a presente data de acesso, encontra-se o **Controle Financeiro Pessoal**, uma planilha do Microsoft Excel, elaborada pela própria Revista, que gerencia os gastos para o equilíbrio entre receitas e despesas, disponível em <<http://info.abril.com.br/download/4756.shtml>>.

A planilha é simples e de fácil operação, fatores que talvez justifiquem o número de downloads. Os dados são separados por receitas e despesas, organizadas por mês. Na tabela constam informações de um ano, facilitando a comparação.

As despesas são divididas nas categorias “Moradia”, “Alimentação”, “Transporte”, “Saúde e cuidados”, “Educação”, “Lazer”, “Vestuário e cuidados pessoais” e “Obrigações financeiras”. Tem-se subtotais por categoria e um total geral das despesas. Na última linha, consta o “Resultado”, valor encontrado na equação total de receitas menos total de despesas.

Na planilha constam os três principais elementos da administração financeira pessoal que são: renda, consumo e poupança. A renda e o consumo devem estar equilibrados, oportunizando a poupança.

Controle financeiro 2007												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receitas												
Salário												
Outras receitas												
TOTAL DE RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas												
Moradia												
Aluguel												
Condomínio												
Água												
Energia elétrica												
Gás												
Telefone												
Internet												
TV a cabo												
Manutenção												
Impostos e taxas												
Seguro												
Total de moradia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação												
Supermercado												
Açougue												
Padaria												
Feira												
Restaurantes												
Outros												
Total de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte												
Combustível												
Transporte escolar												
Manutenção												
Seguro												
Impostos e taxas												
Total de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde e cuidados												
Plano de saúde												
Farmácia												
Total de saúde e cuidados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação												
Escola												
Material escolar												
Livros												
Total de educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer												
Academia												
Jornais e revistas												
Cinema e passeios												
Viagens												
Total de lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vestuário e cuidados pessoais												
Vestuário												
Cuidados pessoais												
Total de vest. e cuid. pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações financeiras												
Aplicação em fundos												
PGBL												
Poupança												
Total de obrigações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TOTAL DE DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 18 - Apresentação da planilha de controle financeiro pessoal

7.1.2 Debit Caixa

O Debit Caixa, elaborado pela empresa Debit, fornecedora de soluções para a realização de cálculos trabalhistas e de correção monetária, é um software de fluxo de caixa totalmente online. As informações ficam cadastradas diretamente no site, protegidas por usuário e senha, cadastrados gratuitamente. O acesso é feito pelo endereço <http://www.debit.com.br/testar.php?tgt=/fluxo/despesas.php>. A vantagem de ser online é que as mesmas informações podem ser gerenciadas e acessadas de qualquer lugar, não dependendo de prévia instalação de um programa, de backups ou arquivos. Por outro lado, somente pode ser acessado com o uso da internet.

O sistema é intuitivo, portanto sua navegação é de fácil entendimento. Há a possibilidade de criação de alguns relatórios e gráficos, como por exemplos: composição de despesas de um período, composição de receitas de um período, receita líquida (receitas - despesas) de um período, gráfico comparativo de receitas e despesas, evolução de despesas.

Cálculo da CPMF automático para despesas, envio de e-mail com aviso de contas a pagar e receber, exportação dos dados para Microsoft Excel, são alguns dos recursos oferecidos pelo programa.

Para um melhor entendimento do programa e visualização de suas ferramentas, seguem algumas telas do sistema.

Inserir		Ferramentas			
Opções		Saldo Realizado Em aberto			
Exibir	Contas	Pago / Aberto	Conta Saldo (até Nov/2007)		
11/2007	Conta Principal	Todas as contas	Conta Principal -145,00		
Despesas Receitas Relatórios Gráficos Lembretes Agenda Video-ajuda					
Cadastrar despesa Transferência entre contas Configurar usuários					
Data Movimento	Categoria	Subcategoria	Valor	Situação	Opções
<input type="checkbox"/> 05/11/2007	Compras em geral	Vestuário	100,00	Pago	
<input type="checkbox"/> 10/11/2007	Lazer	Restaurantes	45,00	Pago	
<input type="checkbox"/> 26/11/2007	Infra-estrutura	Aluguel	500,00	A pagar	
Apagar selecionados Baixar selecionados					

Figura 3 - Tela inicial do programa na aba “Despesas”

As categorias e subcategorias de receitas e despesas são cadastradas pelo usuário conforme sua realidade específica e demonstrado na figura 4. A inclusão de uma despesa ou de uma receita se dá com as informações apresentadas na figura 5. Existe a possibilidade de incluir o cálculo da CPMF e de repetir o valor da despesa, no caso de prestações. A única diferença da tela de cadastro de receita é a inexistência do cálculo da CPMF.

Nome	Editar
<input type="checkbox"/> Compras em geral	
<input type="checkbox"/> Vestuário	
<input type="checkbox"/> Impostos	
<input type="checkbox"/> teste	
<input type="checkbox"/> IPTU	
<input type="checkbox"/> IPVA	
<input type="checkbox"/> Infra-estrutura	
<input type="checkbox"/> Aluguel	
<input type="checkbox"/> Lazer	
<input type="checkbox"/> Restaurantes	
<input type="checkbox"/> Transferências	
<input type="checkbox"/> Transferência	

Figura 4 - Cadastro de categorias e subcategorias de despesas

Cadastro de despesa

Conta:

Data:

Valor:

Categoria:

Subcategoria da despesa:

Documento:

Observação:

Situação: Pago A pagar

Desejo inserir esse valor apenas uma vez Desejo repetir esse valor

Calcular CPMF sobre este valor

Figura 5 - Cadastro de uma despesa

Na aba “Relatórios” existe a opção de exibição em modo planilha (receitas ou despesas) e extrato geral. Os filtros dos relatórios incluem as variáveis “Conta”, “Análise por” (data de movimento ou data de pagamento), “Situação” (em aberto e realizadas) e “Período”. Ver figuras 6 e 7.

Planilha mensal

Todos os meses | Conta Principal | Todas as contas | Conta Principal

Despesas | **Receitas** | Relatórios | Gráficos | Lembretes | Agenda

Relatório: Visualização de despesas modo planilha | Conta: Todas as contas | Análise por: data do movimento | Situação: Aberto e realizadas | Período: 31/10/2006 a

	Out/2006	Nov/2006	Dez/2006	J
Infra-estrutura				
Aluguel		550,00	550,00	
Telefone		265,33	296,50	
Impostos				
IPTU				
IPVA				
Compras em geral				
Alimentação		99,31	88,93	
Higiene Pessoal		96,30	87,70	
Vestuário			99,00	
Total		1.010,94	1.122,13	1

Figura 6 - Relatório visualização das despesas em modo planilha

Debit Caixa - Fluxo de Caixa

Inserir | Ferramentas

Opções | Saldo | Realizado | Em aberto

Exibir: 11/2007 | Contas: Conta Principal | Pago / Aberto: Todas as contas | Conta: Conta Principal | Saldo (até Nov/2007): -145,00

Despesas | **Receitas** | Relatórios | Gráficos | Lembretes | Agenda | Vídeo-ajuda

Modo manual | Modo filtro

Relatório: Extrato Geral | Conta: Todas as contas | Análise por: data do movimento | Situação: Aberto e realizadas | Período: 24/08/2007 a 24/11/2007 | Ver relatório

Extrato geral

Período: de 24/08/2007 a 24/11/2007
Situação: pagas e em aberto

Data	Categoria	Subcategoria	Documento	Observação	Valor	Saldo
	Saldo anterior					0,00
05/11/2007	Compras em geral	Vestuário			-100,00	-100,00
Subtotal do dia 05/11/2007						-100,00
10/11/2007	Lazer	Restaurantes		Bar do Beto	-45,00	-145,00
Subtotal do dia 10/11/2007						-45,00
22/11/2007	Recebimentos	Salário		Empresa X	3.500,00	3.355,00
Subtotal						3.500,00
Saldo						3.355,00

Figura 7 - Relatório extrato geral com receitas e despesas do período selecionado

Na aba “Gráficos”, o sistema gera gráficos de acordo com os filtros selecionados. As opções são gráficos de pizza ou barras das receitas ou das despesas, mostrando sua composição de acordo com as categorias cadastradas;

despesas e receitas mensais e lucro ou prejuízo (receitas - despesas). Os demais filtros são os mesmos utilizados na geração dos relatórios. Alguns gráficos são exemplificados abaixo:

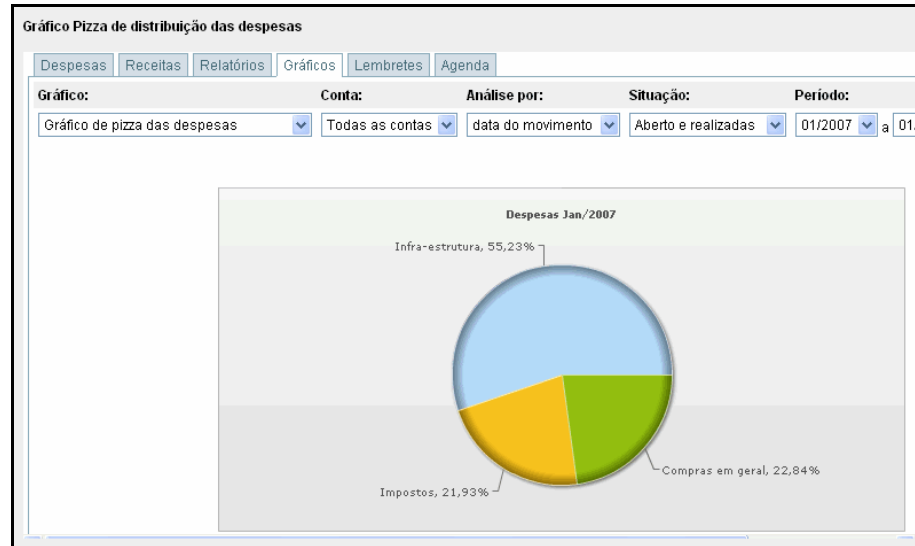


Figura 8 - Gráfico de pizza da composição das despesas do mês de janeiro de 2007



Figura 9 - Gráfico de evolução das despesas e sua composição no período de 5 meses

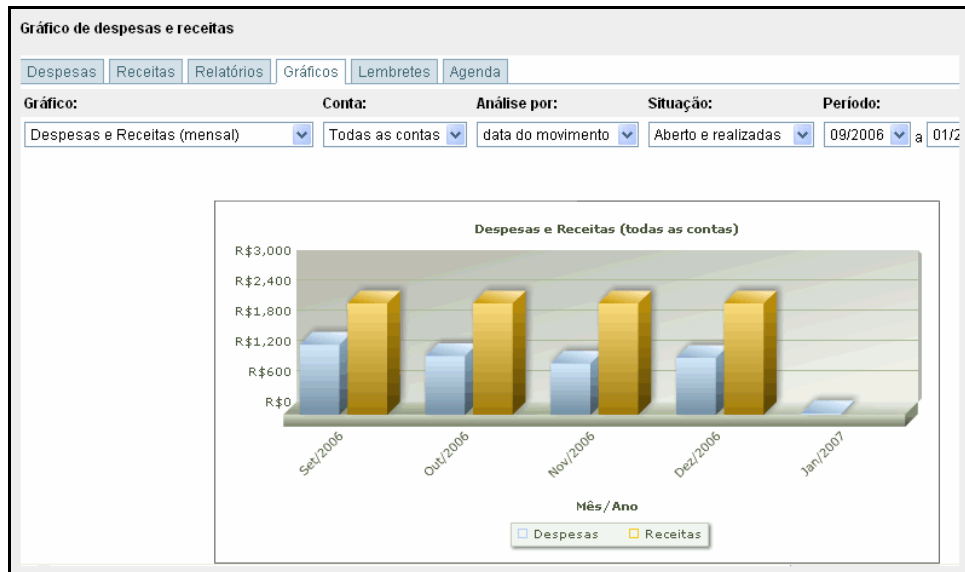


Figura 10 - Gráfico de evolução das despesas e receitas durante um período de 5 meses

A última aba é “Agenda”, onde os movimentos lançados no sistema podem ser organizados por semana ou por mês, em formato de calendário, conforme figura 11.

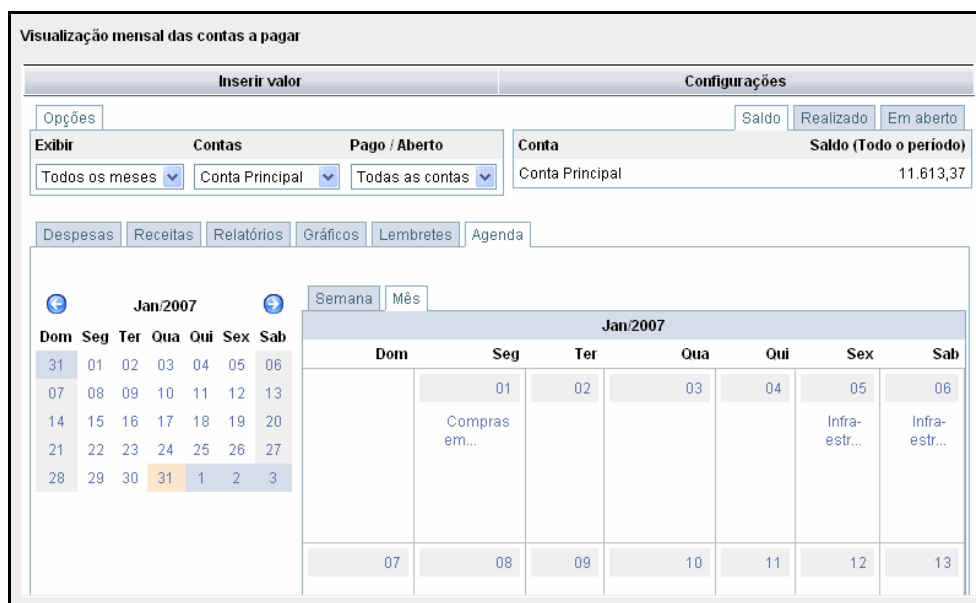


Figura 11 - Aba “Agenda” com os lançamentos anotados em formato calendário

O Debit Caixa é um software de fluxo de caixa, não incluindo contas de patrimônio, mais voltado para o controle diário.

7.1.3 Hábil Pessoal

A Koinonia Software, empresa fundada em 1992 com sede no Paraná e dedicada à produção e comercialização de programas administrativos e gerenciais, lançou em agosto de 2007 a versão 1.5.0.3 do **Hábil Pessoal**, um software de controle financeiro para gestão das finanças pessoais disponível em <www.habilpessoal.com.br>.

O Hábil Pessoal constitui um programa mais completo dos que os apresentados anteriormente, por isso, sua utilização é mais complexa. Sendo assim, junto com o executável em CD anexo, consta o Manual para facilitar o entendimento e a utilização de seus recursos.

O sistema permite controlar contas bancárias, receitas e despesas, gastos nos cartões de crédito e débito, contas a pagar e contas a receber. Além disso, possui utilitários como calculadora e calendário. Seguem abaixo algumas das principais telas de cadastro das informações indicadas.

Contas Bancárias - [Total : 1]

Código: 1 Data Abertura: //

Descrição: Conta Corrente SICREDI

Agência: 99999 Conta: 99999999

Banco: 748 BANSICRED LTDA

Telefone: Fax:

Gerente:

Limite: 0,00 Vencimento: //

E-Mail:

Home-Page:

Conta Corrente SICREDI

Fechar

Figura 12 - Tela de cadastro de contas bancárias

Figura 13 - Tela de cadastro das contas de receitas e despesas

Figura 14 - Tela de cadastro dos cartões de débito e crédito

O programa ainda permite o cadastro de centros de custos. Isso é um item interessante para a organização dos gastos, pois permite que eles sejam visualizados em relatórios separados. Por exemplo, se a pessoa possui além de sua casa, uma fazenda e uma casa na praia, tem a possibilidade de cadastrar um centro de custos para cada um desses itens e ter um controle de receitas e despesas separado. Outros exemplos de centros de custos são “Férias”, “Reforma na casa”, “Educação”, etc. Assim, tem-se um acompanhamento do que está sendo gasto com cada um desses itens.

Depois dos cadastros, no menu “Movimentação”, estão os principais lançamentos a serem alimentados no sistema, conforme figuras abaixo:

Lançamentos de Receitas e Despesas - [Total : 3]

Nro Lançamento: 9 Data Lançamento: 25/11/2007

Receita ou Despesa: 2.1.08 Aluguel CC: **Informações**

Histórico: / Aluguel / novembro

Documento: Valor: 500,00

Saldo Anterior: 0,00 (01/01/1999)
 Total Receitas: 4.500,00
 Total Despesas: 925,00
 Saldo: 3.575,00

Data Lcto	Conta	CC	Documento	Histórico	Receita	Despesa
14/11/2007	2.2			Gasolina		100,00
25/11/2007	1.1		Empresa X	/ Salário / novembro	4.500,00	
25/11/2007	2.4			/ Educação / novembro		250,00
25/11/2007	2.1.05			/ Telefone Celular / novembro		75,00
25/11/2007	2.1.08			/ Aluguel / novembro		500,00

/ Aluguel / novembro **Fechar**

Figura 15 - Tela de cadastro dos lançamentos de receitas e despesas

Lançamentos Bancários - [Total : 1]

Código da Conta: 2 CONTA CORRENTE BANCO DO BRASIL **Acompanhamento da Conta**

Nro Lançamento: 1 Data: 21/11/2007 Tipo: Depósito

Histórico: Status: 1

Favorecido: Número: Valor: 4.000,00

Pré-Datado: Bom Para: / / Receita ou Despesa: 1.1 Salário CC: **Pre-Datados**

Saldo Atual: 0,00
 Cheques Emitidos: 0,00
 Previsão Atual: 0,00
 Cheques: 0,00
 Depósitos: 0,00
 Créditos: 0,00
 Débitos: 0,00
 Previsão Futura: 0,00

Data	Tipo	Número	Pré-Dta	Bom Para	Favorecido	Histórico	Débito	Crédito
21/11/2007	Depósito							4.000,00

CONTA CORRENTE BANCO DO BRASIL **Transferência** **Fechar**

Figura 16 - Tela de cadastro dos lançamentos bancários

Lançamentos em Cartões (Crédito e Débito) - [Total : 0]

Código: Cartão: Data: / / Valor: 0,00

Cancelado: Tipo: Conta de Despesa: Centro de Custo: Histórico: Observações: **Lançamentos em Cartões (Crédito e Débito)** **Fechar**

Figura 17 - Tela de cadastro dos lançamentos em cartões

Figura 18 - Tela de cadastro dos lançamentos de contas a pagar. A tela de cadastro dos lançamentos de contas a receber é praticamente a mesma

O Hábil pessoal permite a visualização das informações cadastradas no sistema, através de gráficos e relatórios. São várias as opções, abaixo são apresentadas apenas três delas.

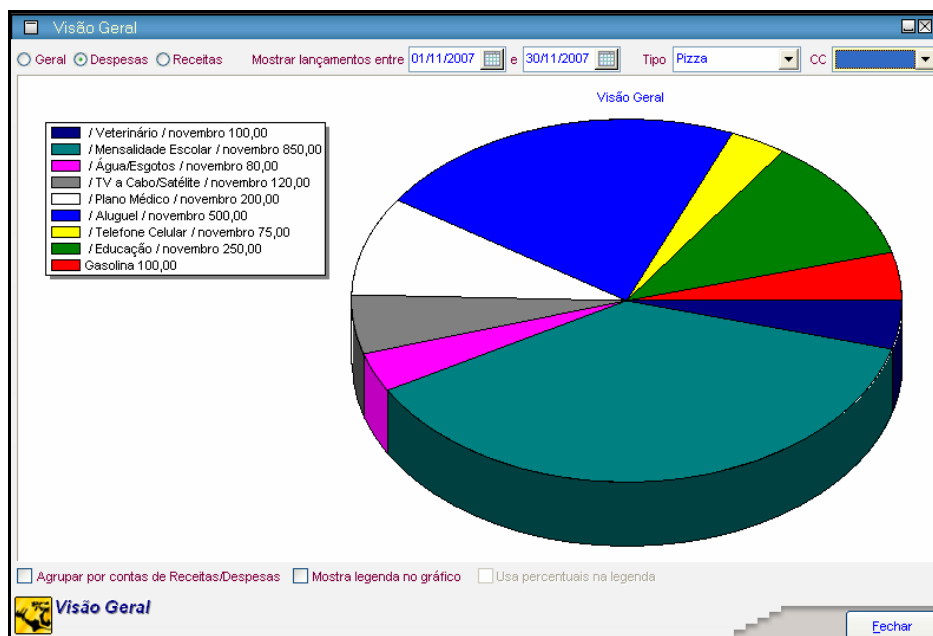


Figura 19 - Visão geral das despesas lançadas no período 01/11/2007 a 30/11/2007 apresentadas em gráfico do tipo pizza. Os parâmetros são especificados nas opções de filtros

Lançamentos por Conta				
Data Inicial : 01/11/2007 # Data Final : 25/11/2007 # Conta Inicial : 1.2 # Conta Final : 2.5.04				
				Página 1
25/11/2007	Lançamentos de Receitas e Despesas por Conta de R&D.			
Código	Descrição	Data	Documento	Valor
<i>Conta : 2.1.05 - Telefone Celular</i>				
8	/ Telefone Celular / novembro	25/11/2007		75,00
				<i>Total : 75,00</i>
<i>Conta : 2.1.06 - Água/Esgotos</i>				
12	/ Água/Esgotos / novembro	25/11/2007		80,00
				<i>Total : 80,00</i>
<i>Conta : 2.1.08 - Aluguel</i>				
9	/ Aluguel / novembro	25/11/2007		500,00
				<i>Total : 500,00</i>
<i>Conta : 2.1.09 - TV a Cabo/Satélite</i>				
11	/ TV a Cabo/Satélite / novembro	25/11/2007		120,00
				<i>Total : 120,00</i>
<i>Conta : 2.2 - Automóveis/Veículos</i>				
1	Gasolina	14/11/2007		100,00
				<i>Total : 100,00</i>
<i>Conta : 2.4 - Educação</i>				
7	/ Educação / novembro	25/11/2007		250,00
				<i>Total : 250,00</i>
<i>Conta : 2.4.02 - Mensalidade Escolar</i>				
13	/ Mensalidade Escolar / novembro	25/11/2007		850,00
				<i>Total : 850,00</i>

Figura 20 - Relatório dos lançamentos de receitas e despesas nas contas e período especificados no filtro

Total Despesas				
Data Inicial : 01/11/2007 # Data Final : 25/11/2007				
				Página 1
25/11/2007	Relatório de Despesas.			
Código	Conta R&D	Descrição	Documento	Valor
<i>Data : 14/11/2007</i>				
1	2.2	Gasolina		100,00
				<i>Total : 100,00</i>
<i>Data : 15/11/2007</i>				
10	2.6.01	/ Plano Médico / novembro	Plano de saúde	200,00
				<i>Total : 200,00</i>
<i>Data : 25/11/2007</i>				
7	2.4	/ Educação / novembro		250,00
8	2.1.05	/ Telefone Celular / novembro		75,00
9	2.1.08	/ Aluguel / novembro		500,00
11	2.1.09	/ TV a Cabo/Satélite / novembro		120,00
12	2.1.06	/ Água/Esgotos / novembro		80,00
13	2.4.02	/ Mensalidade Escolar / novembro		850,00
14	2.7.02	/ Veterinário / novembro		100,00
				<i>Total : 1.975,00</i>
				Total Geral : 2.275,00

Figura 21 - Relatório do total de despesas com subtotais por data

Tendo em vista os softwares verificados e citados no desenvolvimento deste estudo, o mercado ainda carece de um produto desenvolvido de forma objetiva, linguagem gráfica adequada, facilitando sua operacionalização, e que, ao mesmo tempo, seja completo para o controle das finanças pessoais, incluindo informações relevantes como cadastros de ativos e passivos, contas bancárias, investimentos, cartões de crédito, receitas e despesas. Os dados devem estar interligados de forma simples e disponibilizados em relatórios e gráficos, oportunizando análises históricas e embasando a tomada de decisão na gestão dos recursos. Dentre as opções apresentadas, nenhuma contém todas as ferramentas e características ressaltadas. O Hábil pessoal, porém, é o mais completo e que atende da melhor forma as necessidades apontadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar e analisar informações e ferramentas de administração financeira pessoal para criação de patrimônio. O processo de gestão das finanças pessoais apresentado envolveu as etapas de organização, planejamento, decisão de investimento e controle.

Em um primeiro momento, faz-se necessária a organização dos dados para visualização da situação financeira individual. Para isso, sugere-se a utilização de planilhas eletrônicas que incluam o Balanço Patrimonial e o Fluxo de Caixa, conforme exemplos apresentados no desenvolvimento deste estudo. De acordo com KIYOSAKI (2002, p. 171), “quanto mais você examina demonstrações financeiras, mais sua inteligência ou visão financeira aumentam”.

A análise das informações obtidas constitui parte do planejamento. MACEDO JR. (2007) afirma que um bom planejamento pode ser o diferencial entre sonhadores e realizadores. As percepções sobre hábitos de consumo, patrimônio líquido e equilíbrio entre receitas e despesas são utilizadas na formação de objetivos e planos de acumulação de capital e tranquilidade financeira.

Esses objetivos podem ser perseguidos por todos, de acordo com as possibilidades e realidade de cada um, através de medidas de poupança sistemática e decisões de investimento adequadas. Ressalta-se a importância do pensamento a longo prazo, da análise das opções de investimento e do controle do fluxo de caixa.

Nas decisões de investimento, o melhor produto é aquele que se adequa ao perfil do investidor, não coloca em risco a saúde financeira individual e financia os objetivos estabelecidos no planejamento, ou seja, a opção correta varia de pessoa para pessoa. No Brasil, com a estabilização da inflação, depois de um longo período inflacionário descontrolado, o foco passou de defesa do valor do patrimônio para a busca da melhor rentabilidade, considerando-se os riscos.

O acompanhamento dos resultados das aplicações ocorre com o controle. Nessa etapa, são monitorados também o ativo e o passivo, as entradas e saídas e os fatores econômicos externos (taxas de juros, inflação, situação política) que afetam diretamente o ambiente interno, tratado aqui como a realidade financeira individual. Conforme visto no último capítulo, alguns controles podem ser realizados através de programas de computador, preferencialmente indicados para os mais

interessados e dispostos a despende um maior tempo no registro de suas informações financeiras.

Ao que tudo indica, atingir a estabilidade nas finanças e o sucesso na criação de patrimônio depende, em grande parte, da administração pessoal. Com esse trabalho, procurou-se desmistificar a crença da maioria das pessoas de que não existe dinheiro sobrando para poupar e que para investir são necessárias grandes quantias. Nas simulações de resultados de investimentos elaboradas no estudo, verifica-se que, mesmo um valor pequeno, se guardado continuamente e bem investido, pode revelar uma importância significativa no final de determinado prazo.

Desenvolver bons hábitos financeiros pode fazer uma diferença real e positiva em todos os níveis de renda. Conforme FRANKENBERG (1999), o sucesso financeiro depende da capacidade de acumular, “o que não depende da renda maior ou menor obtida no trabalho ou no negócio” (p. 53). Acredita-se que, com educação financeira, a maioria dos problemas financeiros podem ser evitados, pois os recursos são administrados de forma apropriada. Conforme GALLAGHER (2004), a vida carece de decisões práticas, nas quais se inclui a questão das decisões financeiras. Não se pode negar a influência do dinheiro na qualidade de vida de uma pessoa. O descuido com o desempenho das finanças pode levar a endividamentos que consomem os rendimentos com pagamento de juros.

O tema “finanças pessoais” vem ganhando cada vez mais destaque no país, com sites especializados, espaços reservados em importantes fontes multimídias de notícias e eventos educacionais, reforçando a relevância do assunto. SILVA (2004) coloca que as habilidades financeiras são necessárias não apenas para a sobrevivência, mas para o desenvolvimento pessoal. A busca constante da educação financeira é defendida por HALFELD (2004).

A proposta deste trabalho também foi embasar a importância da administração das finanças pessoais e motivar sua prática com disciplina e foco na criação de patrimônio. Sugere-se que a pessoa experimente a rotina de gerir as finanças, para que assim possa vivenciar seus benefícios, verificando o dinheiro se capitalizar, evitar dívidas e oportunizar a realização de sonhos.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Isalva. **A prática da educação financeira**. Disponível em: <http://www.conpet.gov.br/artigos/artigo.php?segmento=&id_artigo=10>. Acesso em: 15 mai 2007.

ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento. **Fundos de Investimento**. Disponível em: < <http://www.anbid.com.br>>. Acesso em: 15 mai 2007.

ANTONIK, Luis Roberto. **A administração financeira das pequenas e médias empresas**. Revista FAE BUSINESS, número 8, maio 2004. Disponível em: < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_09_antonik.pdf>. Acesso em: 10 mai 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Contas Investimento**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/ContasInvestimento.asp#p3>. Acesso em 24 out 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Fundo Garantidor de Créditos**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/fgc.asp?idpai=faqcidadeao1>. Acesso em 24 out 2007.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 01 out 2007.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BODIE, Zvi. MERTON, Robert C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

BOVESPA. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 01 novembro 2007.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia monetária e financeira**. São Paulo: Makron, 1999.

DEBIT CAIXA. **Software online de fluxo de caixa**. Disponível em: <<http://www.debit.com.br/testar.php?tgt=/fluxo/despesas.php>>. Acesso em: 20 out 2007.

ENNES, Juliana. **Economia pessoal: planejar as finanças em paz**. Jornal do Comercio Online, 07 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br/clipping/070806/index.html>>. Acesso em: 12 mai 2007.

FERON, Diego Alves. **Análise do risco e do desempenho dos fundos de investimento da Caixa Econômica Federal**. 2006. 75 f. Monografia - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FINANCENTER. **Seu guia de finanças pessoais**. Disponível em: <<http://www.financenter.com.br>>. Acesso em: 12 mar 2007.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**. 14 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GALLAGHER, Lilian. **Como aumentar seu patrimônio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GAVA, Fernando Winck. **As finanças pessoais: entendendo os problemas financeiros e balanceando o orçamento doméstico**. 2004. 54 f. Monografia - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira: Essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GLOBO.COM. **Dinheiro de plástico**. Portal GLOBO.COM, seção Bom Dia Brasil, 31 ago 2007. Disponível em:
<<http://bomdiabrasil.globo.com/Jornalismo/BDBR/0,,AA1623791-3682-723586,00.html>>. Acesso em: 13 set 2007.

GLOBO.COM. **Poupança cresce no país e capta quase R\$ 5 bilhões em 2007**. Portal GLOBO.COM, seção ECONOMIA, 22 abril 2007. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,MUL25209-5599,00.html>>. Acesso em: 12 mai 2007.

HÁBIL PESSOAL. **Software de finanças pessoais**. Disponível em
<<http://www.habilpessoal.com.br>>. Acesso em: 05 out 2007.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor o seu dinheiro**. 2 ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

INFO ONLINE. **Controle financeiro pessoal**. Disponível em:
<<http://info.abril.com.br/download/windows/wranking.shtml>>. Acesso em: 24 out 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial: atualizado conforme o novo Código Civil**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Aposentadoria: tranquilidade é para poucos**. Porto Alegre, Seção Empresas & Negócios, 13 nov. 2006, p. 7.

KIYOSAKI, Robert T. LECHTER, Sharon L. **Pai rico: o guia de investimentos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LUQUET, Mara. **Guia Valor Econômico de Finanças Pessoais**. São Paulo: Globo, 2000.

MACEDO JR., Jurandir Sell. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTEIRO, Luciana. Prestígio em baixa. **Resenha Eletrônica do Ministério da Fazenda**, 13 jul 2007. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=389194>>. Acesso em 02 nov 2007.

MOREIRA, Alice da Silva. **Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras**. In: Estudos de Psicologia, Universidade Federal do Pará, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a19v07n2.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2007.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PORTAL DO INVESTIDOR. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br>>. Acesso em: 12 mar 2007.

RODRIGUES, Márcio. Inadimplência em São Paulo atinge 43%, aponta Fecomercio. **FOLHA Online**, 22 maio 2007. Seção Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u117412.shtml>>. Acesso em: 28 ago 2007.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEBRAE. **Desenvolva sua empresa**. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/desenvolvasuaempresa.asp>>.
Acesso em: 12 mai 2007.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças Pessoais: invista no seu futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SERASA. **SERASA lança quadrinhos de educação financeira para crianças**.
Seção Notícias, 28 fev. 2003. Disponível em:
<http://www.serasa.com.br/empresa/noticias/2003/noticia_0106.htm>. Acesso em:
15 mai 2007.

SICREDI. **Sistema de Crédito Cooperativo**. Disponível em: <
<http://www.sicredi.com.br>>. Acesso em: 01 nov 2007.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SOUSA, Almir Ferreira de. TORRALVO, Caio Fragata. **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal**. In: VII SEMEAD - Seminários em Administração - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), 2004. Disponível em:
<http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-_A_gest%3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF>. Acesso em: 16 abr 2007.

STONER, James A. F. FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 02 nov 2007.

VALOR ONLINE. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 01 nov 2007.

WEATHERFORD, Jack. **A História do Dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WERNKE, Rodney. **Considerações acerca de aspectos atuais do cotidiano financeiro das pessoas físicas e jurídicas**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, volume 118, out. 2004, p. 65-71.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Criando valor através do orçamento**. Porto Alegre: Novak Multimedia, 2003.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 10 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

ANEXO - CD